



**EFLCH**  
Escola de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas



# **CURSO SEQUENCIAL DE COMPLEMENTAÇÃO EM ESTUDOS CLÁSSICOS**

## **Orientações Gerais**

### 1. O que é?

- Os cursos sequenciais são programas de estudos concebidos por Instituição de Educação Superior credenciadas pelo MEC.
- A resolução CG nº 1 de 17 de abril de 2019 (em anexo) estabelece as normas e critérios para o funcionamento dos Cursos Sequenciais na Universidade Federal de São Paulo.
- O Curso Sequencial em Estudos Clássicos, aprovado pela Congregação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas em 10/06/2021 (ata em anexo), propõe uma formação em nível de graduação com concentração em estudos da Antiguidade Greco-Latina e sua recepção, e conduz à certificação.
- Trata-se de um programa de estudos de natureza interdepartamental oferecido pelo Núcleo de Estudos Clássicos da EFLCH/UNIFESP. Comprometido com a pesquisa nos campos de saber nucleares do mundo greco-romano desenvolvida em diferentes departamentos da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, este programa de estudos prevê que os alunos cumpram um conjunto de créditos em unidades curriculares de Filosofia e História Antigas, História da Arte e Arqueologia Antigas, Línguas e Literaturas Grega e Latina.

## 2. Público-Alvo

Alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Universidade Federal de São Paulo.

## 3. Certificação

Para a obtenção da certificação do Curso Sequencial em Estudos Clássicos, os alunos deverão cursar um número mínimo de **05 (cinco) unidades curriculares** dentre o seguinte rol de UCs, sendo que ao menos **2** devem ser unidades curriculares de língua grega e/ou latina:

- História da Filosofia Antiga I (Depto de Filosofia - 90 horas/semestre)
- UC Eletiva na área da Filosofia Antiga (Depto de Filosofia - 90 horas/semestre).
- História Antiga (Depto de História - 60 horas/semestre)
- História da Arte Antiga (Depto de História da Arte - 60 horas/semestre)
- Introdução aos Estudos Clássicos (Depto de Letras - 60 horas/semestre)
- Tópicos de Literatura Clássica (Depto de Letras - 60 horas/semestre)
- Tópicos de Cultura Antiga (Depto de Letras - 60 horas/semestre)
- Língua Grega I (Depto de Letras - 60 horas/semestre)
- Língua Latina I (Depto de Letras - 60 horas/semestre)
- Língua Grega II (Depto de Letras - 60 horas/semestre)
- Língua Latina II (60 horas/semestre)

## 4. Unidade Universitária responsável pela certificação:

- Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo

#### 5. Como solicitar o certificado:

- Uma vez concluído o conjunto de disciplinas previsto para o Curso Sequencial em Estudos Clássicos, o certificado deverá ser solicitado pelo aluno à Secretaria Acadêmica da EFLCH, mediante preenchimento de formulário próprio em anexo.
- O formulário de requerimento deverá ser encaminhado juntamente com o Histórico Acadêmico à Comissão de Curso de Graduação do curso de origem do aluno para análise da documentação e conferência das informações.
- A Comissão de Curso é a instância responsável por autorizar a emissão do certificado pela Direção Acadêmica da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas ao aluno que tiver cursado as unidades curriculares exigidas pelo programa de estudos em questão com aproveitamento e frequência.

#### 6. Unidades envolvidas:

- DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
- DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
- DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA ARTE
- DEPARTAMENTO DE LETRAS

#### 7. Corpo Docente:

Profa. Dra. Bianca Fanelli Morganti (Departamento de Letras)

Prof. Dr. Breno Andrade Zuppolini (Departamento de Filosofia)

Prof. Dr. Érico Nogueira (Departamento de Letras)

Prof. Dr. Fernando Maciel Gazoni (Departamento de Letras)

Prof. Dr. Gilberto da Silva Francisco (Departamento de História)

Prof. Dr. Gladyson José da Silva (Departamento de História)

Prof. Dr. José Geraldo Costa Grillo (Departamento de História da Arte)

Profa. Dra. Josiane Teixeira Martinez (Departamento de Letras)

Profa. Dra. Lucia Rocha Ferreira (Departamento de Filosofia)

Profa. Dra. Lucia Sano (Departamento de Letras)

Prof. Dr. Luciano César Garcia Pinto (Departamento de Letras)

Prof. Dr. Maurício Pagotto Marsola (Departamento de Filosofia)

Prof. Dr. Paulo Fernando Tadeu Ferreira (Departamento de Filosofia)

Profa. Dra. Talita Janine Juliani (Departamento de Letras)



## **Resolução CG nº 1 de 17 de abril de 2019.**

*Estabelece normas e critérios para o funcionamento de Cursos Sequenciais na Universidade Federal de São Paulo.*

O Conselho de Graduação da Universidade Federal de São Paulo, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e considerando:

- o inciso I do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, segundo o qual a educação superior, além de cursos e programas, compreende Cursos Sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, de acordo com requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;
- a homologação ministerial do Parecer CNE/CES nº 57/2016 e a publicação da Resolução nº 1 de 22 de maio de 2017, que dispõe sobre os Cursos Sequenciais;

Resolve estabelecer normas e critérios para oferecimento e funcionamento de Cursos Sequenciais na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), assim dispostos.

### **Capítulo I**

#### **Disposições Gerais**

Art. 1º - Os Cursos Sequenciais são programas de estudos concebidos por Instituições de Educação Superior devidamente credenciadas pelo MEC para atender a objetivos formativos definidos.

Art. 2º - Os Cursos Sequenciais na Unifesp terão apenas destinação coletiva e serão regulamentados nos termos da legislação educacional vigente e da presente Resolução.



Art. 3º - Os Cursos Sequenciais com destinação coletiva na Unifesp devem abranger somente os campos de saber circunscritos às áreas de conhecimento dos cursos de graduação desta universidade e serão oferecidos nos mesmos locais onde esses cursos de graduação funcionam.

§ 1º - As denominações de Cursos Sequenciais devem diferir das denominações dos cursos regulares de graduação;

§ 2º - Os Cursos Sequenciais não têm caráter permanente, podendo, no entanto, ser oferecidos sem limite de vezes e ininterruptamente.

Art. 4º - Os Cursos Sequenciais conduzem a certificado.

Art. 5º - Os Cursos Sequenciais serão oferecidos aos alunos regularmente matriculados em cursos de graduação da Unifesp.

## **Capítulo II**

### **Da oferta**

Art. 6º - Os Cursos Sequenciais devem ser compostos de, no mínimo, três disciplinas e/ou módulos de um ou mais cursos de graduação da Unifesp, sendo ao menos duas delas de caráter eletivo de acordo com o projeto político-pedagógico do curso de graduação no qual o aluno estiver matriculado.

Art. 7º - A proposição de Cursos Sequenciais deve se dar por meio de projeto fundamentado que contemple no mínimo os seguintes itens:

- 1) o(s) campo(s) de saber;
- 2) unidade(s) envolvida(s) (curso/ departamento etc);
- 3) unidade universitária responsável pela certificação;
- 4) proponente(s) do curso, que deverá(ão) ser professor(es) do quadro permanente da Unifesp;
- 5) público-alvo;



- 6) justificativa;
- 7) objetivos gerais e específicos;
- 8) rol das disciplinas e/ou módulos que compõem o Curso Sequencial e suas respectivas ementas e cargas horárias.

Art. 8º - O projeto do Curso Sequencial será submetido à aprovação da(s) Câmaras de Graduação e da(s) Congregação(ões) das unidades envolvidas.

### **Capítulo III**

#### **Da Certificação**

Art. 9º - O concluinte do Curso Sequencial receberá certificado para comprovar a formação recebida, que não corresponde a diploma de graduação nem permite matrícula em cursos de pós-graduação.

Art. 10º - O aluno deverá solicitar o certificado à Secretaria Acadêmica da unidade acadêmica responsável pela certificação uma vez concluídas as disciplinas e/ou módulos do Curso Sequencial mediante o preenchimento de um formulário próprio. O requerimento será encaminhado a pelo menos uma das comissões de curso da unidade acadêmica responsável pela certificação ou à comissão permanente de tal unidade acadêmica que tenha como fim a análise das solicitações dos certificados e a autorização da sua emissão.

§ 1º - Será admitido o aproveitamento de disciplinas, contanto que o número de disciplinas consideradas não ultrapasse 1/3 da carga horária total que o aluno deve cumprir no Curso Sequencial. Esse limite não será considerado em casos de extraordinário aproveitamento.

§ 2º - O certificado será emitido pela Direção Acadêmica da unidade responsável pela certificação ao aluno que cursar as disciplinas e/ou módulos do Curso Sequencial com aproveitamento e frequência.



§ 3º - Alunos egressos que tenham concluído cursos de graduação a partir de 22/05/2017 e que façam jus ao certificado poderão solicitá-lo.

§ 4º - Os certificados deverão conter as seguintes informações:

- a) a denominação do campo de saber a que correspondem os estudos realizados;
- b) a relação das disciplinas e/ou módulos cursados, com a respectiva carga horária e docentes responsáveis;
- c) os seguintes dizeres: Certificado de Curso Sequencial em (campo do saber correspondente).

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data da aprovação da Ata da Reunião do Conselho de Graduação que deliberou pela sua aprovação.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Isabel Marian Hartmann de Quadros  
Pró-Reitora de Graduação





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**



**Anexo I**



Universidade Federal de São Paulo

Curso Sequencial

**REQUERIMENTO DE CERTIFICAÇÃO DE CURSO SEQUENCIAL**

Eu, \_\_\_\_\_, número de matrícula \_\_\_\_\_, portador do CPF \_\_\_\_\_, aluno(a) do curso de graduação \_\_\_\_\_, solicito emissão do certificado do Curso Sequencial em \_\_\_\_\_. Informo abaixo todas as unidades curriculares que cursei e que compõem o Curso Sequencial, conforme atestado pelo histórico escolar anexado a este requerimento.

Unidade Curricular	Termo/Ano
1. _____	_____
2. _____	_____
3. _____	_____
4. _____	_____
5. _____	_____
6. _____	_____
7. _____	_____
8. _____	_____

**PROTOCOLO: REQUERIMENTO DE CERTIFICAÇÃO DE CURSO SEQUENCIAL**

Solicitante: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_ Recebido por: \_\_\_\_\_



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE... / INSTITUTO...

**CERTIFICADO DE CURSO SEQUENCIAL EM \_\_\_\_\_ (ÁREA  
DO SABER)**

O(A) Diretor(a) da \_\_\_\_\_ (Unidade Acadêmica), no uso das suas atribuições legais, certifica que  
\_\_\_\_\_ (NOME DO ALUNO) , \_\_\_\_\_ (nacionalidade), \_\_\_\_\_ (naturalidade)  
portador(a) do CPF \_\_\_\_\_, concluiu em \_\_\_\_\_ (data), o Curso Sequencial em \_\_\_\_\_ (área do  
saber), nos termos da resolução \_\_\_\_\_ (número), publicada pelo Conselho de Graduação da Universidade  
Federal de São Paulo em \_\_\_\_\_ (data da publicação).

\_\_\_\_\_ (cargo), \_\_\_\_\_ (data)

\_\_\_\_\_  
Diretor(a) da (Unidade Acadêmica)

Código de autenticidade: C&CT201900000



I  
(verso)

Q(A) aluno \_\_\_\_\_ concluiu as disciplinas e/ou módulos abaixo listados.

Nome da Disciplina ou Módulo	Docente Responsável	Carga Horária
1. _____	_____	_____
2. _____	_____	_____
3. _____	_____	_____
4. _____	_____	_____
5. _____	_____	_____
6. _____	_____	_____
7. _____	_____	_____
8. _____	_____	_____

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS**  
2 **HUMANAS DA UNIFESP – 10 DE JUNHO DE 2021.** Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e  
3 um, no sistema virtual de conferência, via Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP foi iniciada, às nove  
4 horas e dezessete minutos, a reunião ordinária da Congregação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências  
5 Humanas da Universidade Federal de São Paulo, sob a presidência do Diretor Acadêmico, Prof. Dr. Bruno  
6 Konder Comparato. **Estiveram presentes os membros:** Sr. Ailton Lafaiete Melo da Silva Frotscher (Técnico  
7 Administrativo em Educação), Prof. Dr. Alexandre Barbosa Pereira (Chefe do Departamento de Ciências  
8 Sociais), Profa. Dra. Ana Maria Pimenta Hoffmann (Chefe do Departamento de História da Arte), Sra.  
9 Andreza Felix de Avelois (Técnica Administrativa em Educação), Prof. Dr. Bruno Konder Comparato (Diretor  
10 Acadêmico do Campus Guarulhos), Sr. Caio Batista da Silva (Técnico Administrativo em Educação), Profa.  
11 Dra. Carolin Overhoff Ferreira (Coordenadora da Câmara de Extensão), Profa. Dra. Elaine Lourenco  
12 (Professora Adjunta), Prof. Dr. Fabio Franzini (Professor Associado), Prof. Dr. Gilberto da Silva Francisco  
13 (Chefe do Departamento de História), Profa. Dra. Graciela Alicia Foglia (Chefe do Departamento de Letras),  
14 Profa. Dra. Hosana dos Santos Silva (Professora Adjunta), Sr. Ivan Ferreira de Sales Lopes (Técnico  
15 Administrativo em Educação), Profa. Dra. Jacira de Freitas (Chefe do Departamento de Filosofia), Sra.  
16 Janete Cristina Melo Marques (Diretora Administrativa do Campus Guarulhos), Profa. Dra. Joana de Fatima  
17 Rodrigues (Professora Adjunta), Prof. Dr. Joao do Prado Ferraz de Carvalho (Chefe do Departamento de  
18 Educação), Prof. Dr. Julio Cesar Casarin Barroso Silva (Professor Adjunto), Profa. Dra. Lucia Rocha Ferreira  
19 (Professora Associada), Prof. Dr. Marcos Cezar de Freitas (Coordenador da Câmara de Pós-graduação e  
20 Pesquisa), Profa. Dra. Marina Pereira de Almeida Mello (Professora Adjunta), Profa. Dra. Marina Soler Jorge  
21 (Professora Associada), Sr. Paulo de Oliveira Dourado (Técnico Administrativo em Educação), Profa. Dra.  
22 Renata Marcilio Candido (Professora Adjunta), Profa. Dra. Rosangela Ferreira Leite (Professora Adjunta),  
23 Profa. Dra. Sandra Regina Leite de Campos (Vice-diretora Acadêmica do Campus Guarulhos) e Profa. Dra.  
24 Vera Gomes Jardim (Coordenadora da Câmara de Graduação). **Justificaram ausência e não foram**  
25 **substituídos:** Profa. Dra. Flavia Galli Tatsch (Professora Adjunta), Prof. Dr. Jose Hamilton Maruxo Junior  
26 (Professor Adjunto), Sra. Lidia Goncalves Martins (Técnica Administrativa em Educação), Sr. Marcos  
27 Kochleitner (Técnico Administrativo em Educação). **Não justificaram ausência:** Sr. Ailton Mesquita Lima  
28 (Técnico Administrativo em Educação), Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Torres Carrasco (Professor  
29 Associado), Sra. Amanda Alves Vilas Boas Oliveira (Estudante de Graduação), Sr. Carlos Alberto da Silva  
30 (Estudante de Graduação), Prof. Dr. Fernando Maciel Gazoni (Professor Adjunto), Prof. Dr. Glaydson Jose da  
31 Silva (Professor Associado), Profa. Dra. Izilda Cristina Johanson (Professora Associada), Sr. Joao Batista  
32 Magalhaes Prates (Estudante de Pós-graduação Stricto Sensu), Profa. Dra. Mariangela Graciano (Professora  
33 Adjunta), Prof. Dr. Maximiliano Mac Menz (Professor Adjunto), Profa. Dra. Melvina Afra Mendes de Araujo  
34 (Professora Associada), Profa. Dra. Patricia Fontoura Aranovich (Professora Associada), Profa. Dra. Sueli  
35 Salles Fidalgo (Professora Adjunta). **Participaram da reunião como convidados:** Prof. Dr. Nelson Sass, Profa.  
36 Dra. Lucia Sano, Sra. Janete Cristina Melo Marques, Sra. Tania Mara Francisco, Prof. Dr. Silvio Eduardo  
37 Duailibi, Sra. Janaina Anchieta Costa, Sra. Andreia Costa Torres da Mota, Sr. Cicero Ivan Batista, Sr. Leandro  
38 Fincato Prates. **ORDEM DO DIA:** A Profa. Sandra Regina Campos abriu os trabalhos, cumprimentando os  
39 (as) conselheiros (as) e convidados (as), informou sobre as participações, do Prof. Dr. Nelson Sass - Reitor, e  
40 da Sra. Tânia Mara - Pró-Reitora e, que na sequência, iniciaria a pauta da reunião. Profa. Sandra Regina  
41 Campos desejou boas-vindas ao Prof. Dr. Nelson Sass, parabenizou pelos seus trabalhos e passou a palavra.  
42 Prof. Dr. Nelson Sass solicitou licença para ocupar um breve espaço da Congregação da Escola da Filosofia,  
43 Letras e Ciências Humanas, espaço que ele entende muito importante, estando nesse primeiro mês de  
44 gestão, comparou a uma gestação pelo fato de ser a sua área, a obstetrícia, e falou que não deixa de ser,  
45 que estão realizando a gestação de mais um ciclo de gestão e externou seus agradecimentos, por todas as  
46 oportunidades de interação ao longo de todo o processo eleitoral para a escolha do novo reitor, afirmou  
47 que foi um processo muito marcante, muito rico e reiterou o compromisso de reconhecimento da  
48 importância de uma área absolutamente essencial, lembrou que o foco é a UNIFESP, que temos um campus  
49 dedicado a essa área das ciências humanas, reiterou o compromisso de valorização e de poder da melhor  
50 forma que, com o que tiver em mãos, num momento tão difícil como esse, o compromissos de estar ao

51 lado, de trabalhar para a indução, para ampliar, para que possa ter os melhores avanços na UNIFESP como  
52 um todo e evidentemente neste local em especial, muito especial, que como a Profa. Sandra disse, a Pró-  
53 Reitora já completou o quadro de pró-reitores, pró-reitores titulares, adjuntos, com o grupo nessa camada  
54 já definido e trabalhando bastante, tomando pé de todas as atividades, neste momento, ainda, transicional,  
55 mas evidentemente já tendo tração na gestão e isso estamos bastante animados e confiantes, apesar das  
56 dificuldades que todos compartilham, também convidou, lembrando que no dia 3 de maio foi a nomeação  
57 pelo presidente da república, depois no dia 7 de maio, a tomada de posse pelo ministro e agora terá a  
58 sessão solene, que tem toda essa tradição acadêmica, tudo isso da passagem da Profa. Soraya, a Reitora,  
59 passando então para o novo reitor e essa cerimônia vai acontecer na sexta-feira que vem, no dia 18, terá  
60 então essa solenidade que será virtual e que também terá evidentemente limitações do ponto de vista de  
61 toda essa conjuntura, dos riscos da pandemia, em respeito as quase 500 mil vítimas dessa tragédia que  
62 estamos vivendo. Concluiu reiterando os compromissos, permanecendo sempre, absolutamente, à  
63 disposição para a construção de pontes e com toda a disposição para trabalhar e avançar sempre, sem  
64 nenhum compromisso de formalidade, mas realmente trazendo essa mensagem. Prof. Nelson agradeceu  
65 pelo espaço na Congregação e encerrou a sua fala. Profa. Sandra externou seu agradecimento ao Prof.  
66 Nelson e afirmou que nesses tempos tão sombrios que estamos vivendo, com certeza, essa parceria vai ser  
67 fundamental para que consigamos encontrar caminhos, que não será uma tarefa muito fácil, mas acredita  
68 que se estivermos fazendo isso em parceria, conseguiremos alguns sucessos, afirmou ter a clareza de que  
69 os sucessos vão ser frutos de muito trabalho e de muito esforço e de alguns insucessos também, acha que  
70 tudo isso está previsto e que essa parceria vai ser fundamental para que alcancemos os objetivos. Profa.  
71 Sandra agradeceu muito a presença do Prof. Nelson, a atenção ao campus, que é, hoje, dentro da  
72 conjuntura que estamos vivendo, muito fundamental que tenhamos um olhar atento ao campus, que vem  
73 sendo frequentemente atacado, então, estarmos juntos e estarmos cientes de que teremos esse apoio vai  
74 ser fundamental para que os trabalhos se realizem, mas uma vez agradeceu ao Prof. Nelson. Profa. Sandra  
75 passou a palavra ao Prof. Nelson que agradeceu e solicitou para se retirar e desejou uma ótima reunião da  
76 Congregação, transmitiu a todos um grande abraço. Profa. Sandra anunciou a apresentação da Sra. Tania  
77 Mara Francisco, sobre o Orçamento Unifesp 2021. A Sra. Tania Mara cumprimentou todos e todas  
78 conselheiros (as), agradeceu pela oportunidade de estar na Congregação, esclareceu que alguns assuntos  
79 seriam tratados, a pauta do orçamento primeiramente e depois uma pauta de integridade, com o Prof.  
80 Silvio Dualibi, que é o presidente da CPP e da C.J.A. e com a ouvidora, Sra. Janaina, que estarão aqui  
81 apresentando algumas questões referentes a essa área. Sra. Tania iniciou informando sobre questões de  
82 orçamento, para que todos possam entender o contexto de tudo que está acontecendo e o que pode  
83 acontecer daqui para frente com o orçamento das universidades, especialmente da UNIFESP, é importante  
84 refletirmos sobre algumas questões que dizem respeito a todo esse processo orçamentário que sabemos  
85 que às vezes parece um pouco chato, mas é muito importante porque para que possamos entender  
86 quando for solicitado e termos consciência da necessidade de mobilização, essa é a questão mais  
87 importante que temos aqui em relação ao orçamento hoje, a maior ferramenta é o movimento, é a  
88 mobilização e ação junto ao Congresso e outras. Sra. Tania Mara iniciou com a questão do teto dos gastos,  
89 tem a Emenda Constitucional 95/2016 e a partir dessa emenda passou a existir o chamado teto dos gastos,  
90 a emenda diz que o orçamento do exercício não pode ser maior que o orçamento do exercício anterior  
91 corrigido pelo IPCA, então todos afirmam que vamos ter recursos, estamos garantidos com o orçamento,  
92 teremos o orçamento mais o IPCA e o teto dos gastos, é ruim, mas pelo menos teremos uma garantia, não  
93 é bem assim, até porque incide sobre diversas verbas, diversos recursos e esses recursos incluem os  
94 recursos de pessoal e o outro detalhe, essas informações da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério  
95 da Fazenda, o IPCA é aplicado sobre o total de valores do poder executivo, então isso representou segundo  
96 os cálculos da SOF, apenas 2,13% de correção sobre um trilhão, quatrocentos e cinquenta e quatro bilhões,  
97 o que elevou o orçamento então para um bi, quatrocentos e oitenta e cinco, quando vemos o  
98 detalhamento, uma outra planilha da SOF, observamos que existe uma compensação, então se o valor  
99 subiu e temos despesas obrigatórias, essas despesas obrigatórias precisam ser corrigidas e o que implica  
100 numa diminuição das despesas discricionárias, e, o teto dos gastos então não é o problema do nosso

101 orçamento, não apenas, porque dentro dos limites, apesar de serem inferiores ao exercício, existe a  
102 questão da priorização, então quando olhamos essas informações, as discricionárias da Ciência e  
103 Tecnologia tiveram uma redução de 30%, 3.9 bi em 2019, 3.7 em 2020 e 2.7 em 2021, o que representa  
104 aqui um bilhão a menos em relação a 2020 e um bilhão e duzentos a menos em relação ao empenhado em  
105 2019 e quando vemos os dados da Secretaria de Comunicações da Casa Civil, o movimento contrário,  
106 empenhado em 2019, cento e setenta e três milhões, na LOA de 2020, cento e noventa e nove milhões, que  
107 já aumentou, vemos que de 2019 para 2020 já teve queda na Ciência e Tecnologia e chegamos em 2021  
108 com uma proposta de um bilhão e meio, ou seja, um bilhão e trezentos maior que o orçamento do  
109 exercício anterior para a Secretaria de Comunicações, é um valor superior ao que foi cortado, retirado da  
110 Ciência e Tecnologia, então não é só o teto, o teto é importante, mas não é só ele que tem trazido essa  
111 diminuição no nosso orçamento, é uma questão de política de governo, de priorização. Nesse mesmo  
112 quadro só em relação à Educação, então quando vemos a Educação, 23.9, caiu para 21.8 e caiu agora para  
113 19.9 e a Saúde uma queda ainda maior, de 23 caiu para 18, de 18 caiu para 16. Existe uma expectativa,  
114 considerando as despesas obrigatórias, o orçamento vai ficando cada vez mais engessado, então na prática  
115 teríamos uma linearidade sem alteração dos valores porque a correção monetária significa manter o valor e  
116 a despesa obrigatória em determinado momento é a discricionária que são aquelas que utilizamos para  
117 nossos custeios e as despesas de investimento e etc., se observarmos, um crescimento da despesa  
118 obrigatória vai achatar com certeza as despesas discricionárias, mas é inevitável que tenhamos esse  
119 crescimento nas despesas obrigatórias por todo o movimento que temos em relação a pessoal, às  
120 progressões, aos reajustes, etc. O correto seria tudo crescer junto, mas quando estabelecemos um teto,  
121 temos um quadro que é esse, então rapidamente, um aumento de 145% no pessoal, mas isso é um fator  
122 muito importante, a perda de capacidade de investimento, então investimento público tendendo a zero,  
123 quando olhamos o orçamento de 2020 onde está, 2021 foi ainda menor, então isso representa uma grande  
124 queda. Através da fonte lei de diretrizes orçamentárias, menos escolas, menos hospitais, menos estradas,  
125 menos casas, menos universidades, menos investimento em ciência, menos tudo, importante, então alguns  
126 fatores que estão interferindo nos objetivos, portanto, estamos apresentando fatores que estão  
127 interferindo no nosso orçamento, o primeiro que demonstramos foi o teto dos gastos, depois a priorização,  
128 a política de governo estabelecida pelo Governo Federal e o que existe de planejamento, então temos o  
129 PPA, que é o plano plurianual, é uma lei, é um instrumento de planejamento estabelecido na Constituição  
130 Federal, que tem uma duração de quatro anos, se inicia no segundo ano do mandato de um presidente e  
131 vai até o segundo ano do mandato do presidente posterior, o orçamento da União é chamado orçamento-  
132 programa, temos um programa, 5013, o número desse programa, que é Educação Superior, Graduação,  
133 Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, então os recursos destinados à educação superior, graduação,  
134 pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão estarão alocados nesse programa, esse programa depois é  
135 distribuído em ações orçamentárias e essas ações podem ser projetos ou atividades, ações de manutenção,  
136 observando o plano plurianual do Governo Federal, a diretriz do plano plurianual para a Educação como um  
137 todo, dedicação prioritária à qualidade da educação básica, especialmente, educação infantil e preparação  
138 para o mercado de trabalho, essa é a diretriz da educação para o atual Governo, estabeleceu que essa é a  
139 diretriz para a Educação, não envolve objetivamente, diretamente, as universidades, apenas nessa parte  
140 que diz sobre a preparação para o mercado de trabalho, então, já é a fotografia do que vai acontecer com o  
141 orçamento, porque se em 2020 tivemos um valor global de 17.9 bilhões, destinados a isso, à essas despesas  
142 de pessoal, de 2021 a 2023, destinados à Educação Superior, teremos cinquenta e dois bilhões, então se  
143 dividirmos isso pelos quatro anos, identificaremos que uma projeção de queda dos valores, estamos  
144 preocupados com a lei orçamentária, com os quadros e tal e não se atenta a outros instrumentos, então  
145 quando foi votado o PPA, ficou evidenciado a diminuição do orçamento destinado à Educação Superior. O  
146 objetivo do Programa de Educação Superior é fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a  
147 assistência estudantil e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades  
148 da sociedade em um mundo globalizado. Como meta, elevar a taxa de matrícula na graduação em 10  
149 pontos, conforme o PNE e no detalhamento do plano plurianual, o programa 5013, repete os objetivos, tal,  
150 a meta e temos os investimentos prioritários da Educação para o período que são: apoio à entidades de

151 ensino superior não federais, construção do Campus Governador Valadares da UFJF, Juiz de Fora, Federal  
152 de Juiz de Fora, a construção do campus universitário da Faculdade de Medicina de Marília, que é uma  
153 faculdade municipal, construção do pronto socorro da Universidade Federal de Uberlândia, construção e  
154 equipamentos do Hospital Universitário do Sertão, Campina Grande, implantação do Hospital do Acre e  
155 implantação da Reitoria Federal do Norte do Tocantins, então quando vemos todos esses investimentos  
156 prioritários para os próximos quatro anos, não teremos nenhum investimento em relação à expansão ou  
157 consolidação da expansão, pelo menos não encontramos entre as prioridades do Governo orçamentos  
158 discricionários de fontes de resultado primário das universidades federais, o nominal se ele fosse corrigido  
159 pelo IPCA, é o tamanho do bolo destinado às universidades federais, funciona assim: é definido um valor  
160 que será destinado para o total das universidades e é dividido entre as instituições, mas na realidade temos  
161 um orçamento de quatro bi e meio, então se tivéssemos a correção, então deveria estar a seis bi e meio,  
162 que é o tamanho do gap que temos de orçamento de partida. A Unifesp, na verdade, de partida todas as  
163 universidades tiveram corte linear de 18,5% no seu orçamento, sendo de partida, o que seria isso? Lá na  
164 proposta da Lei, na PLOA, o poder executivo encaminhou ao Congresso Nacional uma lei que trouxe um  
165 corte de 18,5 % nas universidades federais. O que ocorre é a repetição do orçamento do ano anterior com  
166 alguma variação, então de 2019 para 2020 foi -3% e 2020 para 2021 - 18,5% no projeto de lei, aí na fase do  
167 Congresso Nacional, temos a Comissão Mista de Orçamento formada por deputados e senadores e essa  
168 comissão se subdivide em diversas comissões setoriais, então essas comissões setoriais vão analisar o  
169 orçamento da Saúde, orçamento da Ciência e Tecnologia, orçamento do Turismo, da Agricultura e da  
170 Educação tem lá sua comissão, nessa fase que é o relatório setorial, para a Unifesp, perdemos recursos de  
171 um milhão, setecentos e quarenta e sete mil, tivemos um corte em cima daqueles de 18,5%. É uma ação  
172 orçamentária, funcionamento de instituições federais de ensino superior do Estado de São Paulo, ou seja, a  
173 ação principal de funcionamento, onde estão os recursos para pagar energia, água, luz, internet, vigilância,  
174 limpeza, serviços de apoio, estagiários, entre outros, no código esses números são o programa de trabalho  
175 resumido, a ação 20RK, que é o funcionamento de instituições federais de ensino superior, programa 5013,  
176 Educação Superior 0035, significa no estado de São Paulo, quando olhamos o corte nas despesas  
177 correntes, na despesa 2, recursos discricionários primários, resultado primário 2, fonte: seguridade,  
178 tesouro, 100, então em baixa que é uma das maiores preocupações, vamos colocar a assistência estudantil,  
179 programa 4002, assistência ao estudante de ensino superior, mais uma redução de duzentos e três mil reais  
180 em cima do já orçamento diminuído em 18% e também na ação onde havia algum recurso de investimento,  
181 então recurso de investimento total da universidade para 2021, no projeto de lei eram dois milhões e meio  
182 e ainda tivemos mais um corte de cento e cinquenta mil nessa fase, aí o relatório vai para a relatoria geral e  
183 nessa fase da relatoria geral tivemos então mais uma perda de quatrocentos e oitenta e nove mil,  
184 setecentos e noventa e quatro, rapidamente, a ideia dessa informação é mostrar que a PLOA foi aprovada  
185 super tardiamente, a Constituição Federal disse que não poderia haver recesso, então a PLOA foi aprovada  
186 com muito atraso, muito depois do prazo que a Constituição determina, então 25 de março é muito tardio  
187 para a aprovação da LoA, após a aprovação, vai para a Presidência da República que tem 15 dias para  
188 sancioná-la ou vetá-la e o presidente fez isso quase no penúltimo dia e depois tem mais 30 dias para a  
189 publicação do decreto de execução orçamentária e financeira, ou seja, durante todo esse período ficamos  
190 recebendo 1/18 avos de 40% do orçamento, é uma conta difícil de fazer, mas para entendermos bem,  
191 gastamos com as nossas despesas básicas cerca de cinco milhões e trezentos por mês, a Unifesp como um  
192 todo e estávamos recebendo um milhão, então se não tivéssemos um recurso empenhado do ano passado  
193 de restos a pagar, provavelmente em abril não teríamos mais condições de funcionar porque em 3 meses  
194 de funcionamento, recebemos três milhões de reais enquanto gastamos 15, essa é a realidade, então  
195 naquele momento tínhamos os recursos condicionados, esses recursos condicionados são aqueles  
196 conforme a Constituição Federal inciso 3º, o Governo não pode ter um orçamento que exceda o montante  
197 de recursos que ele tem em investimentos, investimentos, aplicações, reservas e etc. Quando o Governo  
198 colocou o orçamento em projeto de lei, 60% do orçamento da Unifesp estava condicionado à aprovação do  
199 Congresso Nacional e para quebrar isso chamamos de regra de ouro, o que o Governo diz quando faz essa  
200 projeção é que ele não tem previsão de arrecadação suficiente para arcar com todo o orçamento, então

201 está dizendo que só tinha arrecadação prevista de 40% do total de valor que seria necessário para o  
202 orçamento do ano, então nesse momento tínhamos que pensar numa saída, em 2020 nós tivemos 66  
203 milhões na ação de custeio, que é a ação de funcionamento principal, em 2021 esse valor proposto na  
204 PLOA ficou 53 milhões de reais, sendo que 21 milhões estavam na nossa ação orçamentária, que seria o  
205 orçamento de verdade e 32 milhões condicionados à regra de ouro, fizemos a comparação com 2020  
206 porque em 2020 já tínhamos recursos na regra de ouro, só que em 2020 já tínhamos uma situação de  
207 pandemia e que o decreto 06, decreto legislativo 06 de 2020 definiu então que estavam suspensas todas as  
208 metas fiscais, ou seja, esse recurso foi rapidamente liberado por conta da suspensão das metas fiscais e das  
209 movimentações, nesse ano isso não existia, porém aconteceu uma coisa bastante sui generis, que foi a  
210 retirada da condição do orçamento que o Governo fez algo que deveria ser aprovado pelo Congresso  
211 Nacional, uma suplementação de orçamento, uma lei nova, foi feito através de uma portaria do Ministério  
212 da Economia através da alteração da fonte, então o Governo com esse ato, esse gesto diz que não temos  
213 dinheiro, sim, não vamos precisar usar nenhum dinheiro de investimento, temos dinheiro para arcar com o  
214 orçamento, então retirou o condicionamento, isso foi assim de uma hora para outra, isso aqui já foi, por  
215 isso que é importante frisar, após bastante pressão das universidades, começamos a fazer as pressões, a  
216 UFRJ saiu para imprensa, a Unifesp foi para a imprensa e daí resolveram de uma hora para outra, surgiram  
217 recursos para que tivéssemos esse dinheiro retirado do condicionamento, mas permaneceu bloqueado  
218 13,8% do orçamento de discricionário, então só para lembrar, tivemos um corte que mostramos lá, o  
219 18,5%, mais a fase setorial, mais a fase de relatoria que é de 20,6 %, corte, esse recurso sumiu, não existe  
220 mais, foi retirado do orçamento e do que restou, temos um bloqueio de 13,8%, então está aqui, o  
221 orçamento de 2020, 66 milhões, da PLOA 55, que é o projeto de lei, quando chegou na PLOA depois de  
222 toda aquela movimentação, chegou em 53.7, tinha apenas 21 milhões alocados na Unifesp, 32 milhões  
223 condicionados e 9 milhões bloqueados, que são aqueles 13,8%, ontem de manhã, foi publicada uma  
224 portaria que desbloqueou para o MEC, dos 2.7 bilhões do MEC como um todo que estavam bloqueados,  
225 um bilhão e meio, o MEC ainda não disse como vai distribuir esse recurso, então hoje ainda tem os 9  
226 milhões dessa ação orçamentária de funcionamento bloqueado, se for desbloqueado linearmente, se o  
227 MEC optar por liberar o percentual igualmente para todos os órgãos, teremos quatro milhões e meio  
228 desbloqueados, e, para termos uma ideia desse movimento, então desde 2018, o nosso orçamento de  
229 custeio discricionário para funcionamento era de 78 milhões, em 2019 chegou a 69, em 2020 a 66, a PLOA  
230 de 2021, 55, a PLOA de 2021, 53, e com o bloqueio temos 44 milhões apenas, então o orçamento total para  
231 o gasto no ano inteiro da Unifesp é de 44 milhões de reais, uma diferença de quase 22 milhões de reais em  
232 relação ao exercício de 2020, 34,4%. A assistência estudantil, o mesmo quadro, tínhamos então um  
233 orçamento que estava na regra de ouro, vejam, em 2020, 9.8 milhões, em 2021 chegou a 7.9 milhões,  
234 então essa diferença muito significativa e temos ainda um bloqueio de um milhão e cem, o que representa  
235 no conjunto todo uma queda novamente de mais de 30%, caso seja desbloqueado, a partir da portaria de  
236 ontem, estamos aguardando como é que o MEC vai proceder, teremos mais quinhentos mil reais  
237 desbloqueados, o que é absolutamente pífio em relação a nossa demanda, até porque é importante frisar  
238 que nove milhões e oitocentos, todos sabem, não era o recurso suficiente para atender às necessidades de  
239 assistência estudantil da Universidade, assim como sessenta milhões não era para atender o que  
240 efetivamente gostaríamos de ter para atingir nossos objetivos, não era suficiente, mas assistência  
241 estudantil é ainda mais crítico, lembrando que teríamos que, no orçamento, que seria necessário no caso  
242 de um retorno presencial, por exemplo, restaurantes universitários, então temos diversas demandas a  
243 serem atendidas, a assistência estudantil desde 2018, 2018 teve um orçamento menor do que 2019, nove  
244 milhões e duzentos, apesar que estamos falando da orçamentária inteira e estamos enxergando aqui  
245 provavelmente o projeto Incluir que está incluso, por isso esse aumento de 2019, não conseguimos dar  
246 uma revisada para ver se temos alguma modificação, mas que seja, dez milhões e cem, 2020 caiu para nove  
247 e oitocentos, 2021 a PLOA trazia oito e cem e no final acabou em sete e novecentos, com o bloqueio que  
248 foi estabelecido, que temos para assistência estudantil no ano seis milhões e oitocentos, então se no ano  
249 passado tínhamos nove e oitocentos e esse ano temos seis e oitocentos, cerca de 30% de diminuição no  
250 orçamento de assistência estudantil, para mostrar que já é de longe a gente vem sofrendo com esses



251 cortes, vem sofrendo com corte, aqui as matérias do jornal falando da realidade, então o que temos hoje?  
252 Um orçamento diminuído em 34,5% sendo que 20,6 foram cortados e 13,8 foram bloqueados, desse  
253 bloqueio temos expectativa de que uma parte seja desbloqueada, queremos também frisar que esse  
254 desbloqueio foi anunciado pelo ministro Paulo Guedes lá no Congresso Nacional, quando foi convocado  
255 pela Comissão de Educação, que convocou provocada pela Andifes etc. No outro dia, seguinte dessa  
256 audiência, teve uma audiência pública sobre o orçamento das universidades, o Professor Nelson esteve lá,  
257 foi convidado a falar, tínhamos sete reitores, o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público Federal e  
258 o Ministério da Economia foram convocados, não compareceu à audiência pública e o MEC compareceu  
259 com o secretário de adjunto de ensino superior, que reconheceu os cortes etc. Em contrapartida aqui, só  
260 para termos uma análise, subimos 945%, as matrículas na Unifesp nos últimos anos, de 2005 e 2019, então  
261 na contramão aumentaram a nossa operação e diminuí o orçamento, e o que significa esses 21.4 milhões  
262 a menos nos recursos de funcionamento, então só para termos uma ideia, isso representa quatro meses de  
263 funcionamento da Universidade, por isso que quando temos ido para as audiências públicas, para a  
264 imprensa, temos falado em setembro, mas, de um outro modo de ver, podemos dizer que isso representa o  
265 funcionamento de um ano de quatro campi, então aqui fizemos duas simulações, de pegar a Baixada,  
266 Diadema, Guarulhos e Osasco gastam 20.7 milhões em um ano para funcionar, então podíamos aqui tirar  
267 4 campi ou São José, Baixada, Guarulhos e Osasco, 20.7, são combinações aleatórias que fizemos só para  
268 demonstrarmos o que representa um corte de 21.4 milhões, uma diminuição de 21.4 milhões no  
269 orçamento de funcionamento da Universidade e na assistência estudantil, vejamos, em 2020 tivemos além  
270 dos auxílios, tivemos mais 304 auxílios emergenciais por dois meses, 450 cestas básicas. Durante 3 meses,  
271 273 auxílios de internet, depois veio o programa Aluno Conectado, os chips que vieram do MEC e aluguel  
272 de 1.200 computadores para que os alunos pudessem acompanhar as aulas no modo à distância, então não  
273 tivemos o funcionamento dos restaurantes, mas tivemos outros gastos com assistência. O impacto na  
274 assistência estudantil teve uma redução de 2,9 milhões, que representam 7.400 auxílios ou 4,6 meses de  
275 auxílios para os 1.600 estudantes. Quando olhamos em 2020, tivemos uma média de 1.600 alunos  
276 assistidos, 1.200 computadores. Em 2019, o restaurante universitário serviu quatrocentos e sessenta e seis  
277 mil, quatrocentos e setenta e duas refeições para alunos de graduação e mais trinta e nove mil para alunos  
278 de pós. Trouxemos esse destaque do restaurante porque caso haja dúvidas, seja imposto até por lei uma  
279 possibilidade de retorno presencial, teríamos que absorver além de tudo que já temos também os  
280 restaurantes e como fazer isso com uma redução de 2.9 milhões de reais na assistência estudantil, também  
281 outros impactos na assistência, na pesquisa, temos 1.762 pesquisas em andamento, só sobre COVID são  
282 340, entre elas duas pesquisas sobre vacina, mais de 2 mil ações de extensão, todas essas ações em  
283 andamento podem ser afetadas ou prejudicadas. O orçamento de 2022, estamos falando de um orçamento  
284 de 2021 que ainda estamos brigando para desbloquear, estamos lutando para recompor e já temos no  
285 Congresso Nacional o projeto da lei de diretrizes orçamentárias sendo analisado e até 31 de agosto o poder  
286 Executivo deve encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de lei orçamentária para 2022, ou seja, se  
287 partirmos de um orçamento diminuído em 34,5% para calcular o orçamento de 2022, ficamos bastante  
288 preocupados com o que poderá acontecer, principalmente, num contexto como a gente colocou, de teto,  
289 de prioridades e de política de governo, é lógico, a preocupação do teto, de política e também de um  
290 eventual retorno presencial, que impactaria muito, esse ano não impactou por que não tivemos uma  
291 condição de funcionar, apesar de precisar de 15 milhões e receber 3, conseguimos funcionar de janeiro a  
292 março porque tivemos uma economia em 2020, basicamente de energia elétrica e água e um pouco de  
293 material, basicamente isso, mas acima de tudo, porque em 2019 conseguimos sanear as dívidas que a  
294 Universidade tinha, vinha trazendo desde um corte importante também de 30% que aconteceu em 2014,  
295 de 2014 para 2015, na verdade e que gerou um déficit para praticamente todas as universidades federais e  
296 tínhamos então ali quase 20 milhões de reais de déficit que fomos saneando, quando chegou em 2020 não  
297 tínhamos mais déficit, então tudo que conseguimos, tudo que aconteceu de economia, eventual economia,  
298 porque não é economia, é uma economia fictícia, porque ali não gastamos naquele momento, mas é um  
299 custo fixo da Unifesp, temos esse custo como custo fixo, então não foi uma redução, foi uma  
300 excepcionalidade, então não precisávamos mais pagar nenhuma dívida, conseguimos entrar no ano com

301 esse valor para funcionar no começo do ano, sem querer fazer nenhuma crítica de juízo de valor, a Federal  
302 do Rio de Janeiro não estava na mesma situação, por isso eles estão falando hoje que o orçamento deles  
303 não vai até julho, porque ainda tinham alguma coisa para pagar, usaram o recurso de 2020 para pagar as  
304 dívidas, então com o recurso de 2021 efetivamente não teriam condições para chegarem depois de julho.  
305 Profa. Sandra informou que a Profa. Graciela está agradecendo pelo esclarecimento, que é denso, mas  
306 necessário para termos um mínimo de noção de quais são os recursos que sabemos que são escassos, mas  
307 é necessário de se confrontar com a realidade, e se os recursos visuais projetados estarão disponíveis para  
308 todos? Sra. Tânia Mara respondeu que sim, sem problemas, poderá encaminhar, falou que tem feito  
309 muitos movimentos, participado ativamente, buscado interlocução com o Congresso Nacional, com a  
310 imprensa para tornar pública essa situação de todas as instituições, das universidades e fizemos aquela  
311 audiência pública na semana passada, alguma coisa que já tínhamos falado lá, lá fizemos um pouco mais  
312 reduzida a apresentação, com a presença inclusive da UFRJ, da UFABC, para que vejamos que todos estão  
313 engajados, é uma situação do sistema todo federal de ensino superior e não apenas da Universidade e daí  
314 dizer que o Tribunal de Contas da União acompanhou a audiência, fez uma informação um pouco antes de  
315 que estaria acompanhando e pediram a nossa apresentação também: se o TCU já está com ela, podemos  
316 dar para todos, brincadeiras à parte é importante que consigamos alcançar todos esses pontos para que a  
317 possamos continuar a mobilização por mais orçamento e como dissemos, entendemos que temos um  
318 resultado positivo a partir do momento que tivemos primeiro a retirada do nosso orçamento que estava  
319 condicionado à aprovação do Congresso e agora ontem, essa portaria de desbloqueio parcial, que não  
320 sabemos quando vai vir para as universidades, mas alguma coisa vai vir para a Unifesp, então queríamos  
321 estimular que continuemos com essa mobilização, já tivemos moções das nossas no Conselho Universitário,  
322 das nossas associações, então é muito importante que toda a comunidade participe, por isso essa  
323 comunicação também, essa participação em todos os nossos espaços para que toda a comunidade tome  
324 ciência e possam ter condições de lutar junto conosco pela recuperação do orçamento. Prof. Bruno tomou  
325 a palavra e cumprimentou a Sra. Tânia Mara e agradeceu por ter vindo dar essa explicação para todos. Prof.  
326 Bruno afirmou que a Sra. Tânia, assim que convidada se prontificou, até se fosse no feriado, acabamos  
327 mudando, agradeceu muito essa disposição para vir explicar para todos, sempre lembra do Prof. Nelson  
328 que em uma reunião, a Sra. Tânia Mara começou a falar, aí ele falou: "Cada vez que a Tânia Mara mostra  
329 esses gráficos tenho calafrios." Sra. Tania afirmou que infelizmente na administração falamos que o  
330 portador da má notícia nunca fica bem-visto, mas, infelizmente, faz parte da função. Infelizmente, é uma  
331 realidade, temos essa situação preocupante, é uma questão que sempre me fazem, aqui não fizeram, mas  
332 vamos até responder sem perguntarem, a Unifesp vai fechar? Todo mundo pergunta: Ah, a Unifesp vai  
333 fechar? Na audiência: Ah, a Unifesp vai fechar? Veja, quando falamos com a imprensa: Tenho recursos, os  
334 recursos dariam para me sentir bem aí, pagar minhas contas até setembro. Mas a Unifesp não vai fechar  
335 porque isso não está na gente, a gente vai fazer o nosso papel para a sociedade, vamos manter as portas  
336 abertas até não termos nenhuma condição, mas não pretendemos fechar porque é uma pergunta que  
337 fazem sempre, então já estou antecipando. Ah, vocês vão fechar? Vão fechar? A gente não vai fechar e  
338 alguém pode fechar a gente, mas a gente não vai fechar as nossas portas. Prof. Bruno assumiu a palavra e  
339 afirmou que, sempre o Governo, jornalistas adoram fazer charges, explicar a Economia fazendo analogia  
340 com uma economia doméstica, de uma casa, de um domicílio, de um lar e não tem nada a ver isso, porque  
341 tem uma diferença básica entre administração pública e a privada, é que na administração pública as coisas  
342 não podem falir, não tem como, porque tem que ficar funcionando, então sempre tem dinheiro que surge  
343 de algum lugar, um país não abre falência, ele continua, ele aumenta a dívida, mas ele continua  
344 funcionando, então é bem diferente porque as coisas existem na administração pública porque têm que  
345 funcionar, têm quem existir, senão o país não vai para frente. Sra. Tania Mara afirmou que a preocupação,  
346 como mostrou, é a política do Governo, por isso que falamos que só se alguém fechar a gente, o Governo  
347 falar não quero mais, não existe mais ensino superior federal, isso acabou, é ruim para o país e vamos  
348 fechar. Como costumamos dizer, uma crítica objetiva, mas é uma escolha que a fazemos quando votamos,  
349 então dizemos isso pelo menos, o país não foi enganado, podemos não ter concordado, mas o país sabia o  
350 que ia acontecer. Prof. Bruno assumiu a palavra e disse, sim, exatamente, o problema seria uma questão de

351 privatizar as universidades, mas enquanto elas são públicas não tem como fechar, só se privatizar, aí sim  
352 muda toda configuração. Prof. Bruno pediu desculpas porque chegou mais tarde de maneira mais efetiva  
353 na reunião porque acompanhou a esposa numa cirurgia do olho, correu tudo bem e mesmo com a  
354 pandemia tinha que ser senão ela ia perder a visão, mas deu tudo certo e agradeceu a Profa. Sandra que  
355 abriu a reunião. Sra. Tania respondeu à pergunta da Profa. Joana sobre a possível atividade presencial. Ela  
356 disse que tem um projeto de lei tramitando, o 5595 e que já tramitou pela Câmara dos Deputados e na  
357 Câmara dos Deputados ele foi aprovado, e que classifica então as instituições de ensino superior como  
358 serviços essenciais que devem ser prestados presencialmente. Tem um artigo que traz vários pontos  
359 observando os critérios sanitários, e que 35%, são definições do próprio estado e município que restringem.  
360 Mas na prática isso foi para o Senado, estava para ser votado, entrou outra coisa na frente e foi retirado da  
361 mesa da pauta, então por enquanto não está na pauta, que foi também falar na realidade, fruto de muita  
362 negociação, muita pressão, muita articulação política das universidades junto aos congressistas, mas na  
363 verdade ainda está lá e poderá vir para pauta a qualquer momento, então ficamos aí numa certa  
364 insegurança em relação ao que vão decidir os nossos parlamentares sobre o tema. Prof. Bruno tomou a  
365 palavra e disse que gostaria de aproveitar para falar um pouco sobre isso também, porque na Congregação  
366 passada, foi aprovada uma carta, uma moção proposta pelos colegas da Educação, contra justamente a  
367 aprovação desse PL, que define a Educação como serviço essencial, uma vez aprovado, obrigaria ao retorno  
368 imediato das atividades, essa carta, essa moção que aprovamos na Congregação passada é sobretudo em  
369 apoio a educação básica, os colegas da Educação que têm muitos contatos com a comunidade da Educação  
370 como um todo, as associações científicas, as associações de professores, muitos egressos são professores  
371 na escola, e aí não havia ainda essa realidade da vacina para os professores da educação básica a partir de  
372 18 anos, é só para os mais velhos, então aprovamos e já citamos isso para alguns colegas da Educação e  
373 para a nossa Comissão de Acompanhamento da Pandemia, que era a Comissão de Retorno. Então,  
374 aprovamos e encaminhamos para a Reitoria para eventual apreciação do CONSU. Isso não foi ainda, num  
375 momento inicial levado ao CONSU porque era o último CONSU da Profa. Soraya, mas foi tratado na reunião  
376 de diretores, que foi logo depois do CONSU, a Sra. Tânia Mara estava presente e contamos a história dessa  
377 moção, porque ela foi aprovada, o que estava em jogo e dissemos que esse documento foi encaminhado à  
378 Reitoria para eventual apreciação do CONSU por dois motivos: Primeiro porque se o CONSU endossar é  
379 mais força, ganha corpo e aí para fazer pressão, porque tem uma questão de imediatismo, é questão de  
380 urgência porque estava na iminência de ser votado no Senado, foi retirado da pauta, mas a qualquer  
381 momento poderia retornar e o segundo motivo era marcarmos um posicionamento na Universidade de que  
382 o Campus Guarulhos é contrário ao retorno sem que haja as condições que julgamos minimamente  
383 necessárias, que são a vacinação para todo mundo ou então que seja resolvida essa questão da pandemia.  
384 Surgiu um debate, alguns diretores de outros campi são favoráveis ao retorno imediato e a discussão não  
385 era nem se vai retornar ou não, era qual é a porcentagem de presença possível permitida em função da  
386 fase, das cores amarelo, vermelho, laranja, enfim, mas a Sra. Gabriela de Brelaz, que então era chefe de  
387 gabinete porque o Prof. Nelson ainda não tinha sido empossado, disse: "Olha, vai ter uma coisa muito boa  
388 porque é preciso retomar essa discussão na Universidade", então, essa carta que aprovamos desencadeou  
389 toda uma reflexão e um debate no âmbito da Unifesp, tanto é que foi motivo depois de mais duas reuniões,  
390 depois daquela, reunião do colegiado de diretores. Na reunião seguinte novamente esse tema foi tratado e  
391 ao percebermos que seria muito difícil ser aprovada essa moção no curto prazo, porque tem uma questão  
392 aí de imediato, da necessidade de posicionamento político perante o Senado e apoio as outras funções  
393 todas da categoria dos docentes do ensino básico, há uma questão do médio prazo, que seria necessário  
394 para que isso chegasse ao objetivo, amadurecemos essa discussão na Universidade, sendo que a longo  
395 prazo esperamos que esse problema não vai mais existir, vai estar resolvido, ou vamos estar todos  
396 vacinados ou o vírus não vai estar mais aí, atrapalhando tanto as nossas vidas. O Presidente informou que o  
397 que propuseram foi que o CONSU fizesse uma moção, uma carta, se posicionasse a favor do que  
398 acreditamos, que é na essencialidade da educação e da pesquisa, o respeito à ciência e a escola como,  
399 enfim, a educação como atividade presencial por excelência, porque o teor dessa carta, desse PL é que  
400 somos obrigados a nos posicionarmos contra o PL que diz que a educação é atividade essencial, não nós

401 não somos contra isso, nós somos contra a implicação que é, porque esse PL é para as escolas privadas e  
402 sabemos que o plano do Governo é instituir o que eles chamam de homeschooling, que gostam do inglês,  
403 escola em casa, ou seja, ensino à distância e somos contra isso, então em vez de falar que somos contra  
404 esse PL, está implícito para quem ler rapidamente, porque a carta não diz isso, mas quem lê rapidamente  
405 uma manchete pode imaginar que não queremos voltar para a sala de aula, somos a favor do ensino à  
406 distância e tudo mais, não, então, por isso que está dito, e o Prof. Nelson afirmou e reafirmou ao longo  
407 dessa discussão que de qualquer maneira o PL diz que caso haja o retorno imediato, caso haja condições  
408 cientificamente verificadas de retorno, e, a Unifesp tem toda a capacidade de definir se tem condições ou  
409 não, é a Universidade, então de qualquer maneira mesmo que esse PL seja aprovado e que como  
410 consequência de a educação ser um serviço essencial, isso implique num retorno imediato, mas quem vai  
411 dizer se nós temos as condições ou não é a Universidade, é o Comitê que foi criado para isso na Escola  
412 Paulista de Medicina. Foi sugerida essa moção, que o CONSU fizesse essa moção dizendo: "Bom,  
413 acreditamos que sim, é um serviço essencial, mas por isso tem que ter investimento, tem que ter dinheiro,  
414 tem que ter recursos, então isso foi feito, que aí podemos divulgar a carta, a moção contra o PL em apoio  
415 aos colegas da educação básica e tem essa moção do CONSU que afirma essas coisas todas e foi aprovado  
416 ontem no CONSU que aconteceu ontem de manhã e vamos ler para vocês, era um informe que íamos fazer,  
417 mas eu vou fazer agora porque ajuda a explicar essa questão e depois a Sra. Tânia Mara pode comentar se  
418 quiser porque esteve presente nessas reuniões todas, então o texto que foi aprovado no CONSU ontem é o  
419 seguinte: "Considerando que a Educação é um direito, é portanto um dever do Estado garanti-la. Nesse  
420 sentido, o Estado Brasileiro tem um papel fundamental na garantia do ensino superior no âmbito das  
421 universidades públicas federais. No âmbito do direito à educação, os sujeitos do direito, quem exerce e  
422 promove é o foco da ação, nesse caso os trabalhadores e profissionais de educação e estudantes, sendo  
423 assim para o retorno seguro às aulas presenciais devem ser garantidos: 1) O uso de critérios  
424 epidemiológicos gerais e territoriais para a decisão sobre o funcionamento das unidades universitárias e/ou  
425 campi, de acordo com as suas características e capacidades estruturais. 2) Vacinação para toda a  
426 população, especialmente, para a comunidade universitária, com a inclusão dos trabalhadores do ensino  
427 superior, docentes, técnicos, terceirizados e estudantes como grupo prioritário, como previsto pelo Plano  
428 Nacional de Imunização. 3) Alocação específica de recursos e ações direcionadas ao retorno às aulas. 4)  
429 Atribuição de recursos financeiros e técnicos para respeito aos parâmetros de infraestrutura sanitária e  
430 disponibilização de equipamentos de higiene, de higienização e de proteção, incluídos máscaras, álcool em  
431 gel 70%, água e sabão para realização das atividades acadêmicas e alimentação. 5) Igualdade e equidade de  
432 condições de acesso ao aprendizado, considerando pessoas com comorbidades e outras condições que  
433 impeçam o retorno presencial, bem como o aumento das demandas de recursos para permanência  
434 estudantil perante o empobrecimento da população, gerado pela crise econômica e sanitária vivida  
435 atualmente". E isso teve uma movimentação, foi uma consequência dessas reuniões, dessas discussões,  
436 que fez essa carta que foi divulgada ontem, de uma carta enviada pelo Prof. Nelson Sass ao Governo do  
437 Estado para pedir que haja inclusão da comunidade das universidades no público da vacinação. Enfim, no  
438 fundo, o que se pede é coerência, se a Educação é tão fundamental assim, então tem que ter dinheiro para  
439 bancar. A Sra. Tania Mara informou que teremos uma outra pauta, se possível dar prosseguimento com a  
440 ouvidoria, o Prof. Silvio Duailibi que é da CPP, para falarmos de integridade, que desde 2018 a Unifesp  
441 instituiu o seu Comitê de Integridade, com fundamento em normas publicadas pelo Governo Federal, pela  
442 Corregedoria Geral da União, TCU. Uma exigência da norma num primeiro momento, mas a Unifesp tem  
443 dedicado, tem feito um trabalho bom nessa área, tem se tornado referência para outras instituições. Será  
444 uma apresentação rápida para explicar o que é integridade e estamos entrando numa campanha que se  
445 chama: "Integridade somos todos nós", e daí nesse contexto de integridade, uma situação sobre denúncia e  
446 questões relacionadas à Ouvidoria e à Comissão de Juízo de Admissibilidade e CPP, que pedimos então, que  
447 o Prof. Silvio e a Janaína estivessem presentes, porque eles vão falar sobre isso, vamos primeiro fazer uma  
448 apresentação bem breve, vamos dar uma acelerada só para mostrarmos para todos uma parcela do que é o  
449 programa de integridade da Unifesp, então como dissemos tem toda uma norma que foi editada pelo  
450 Governo Federal, este é o painel da integridade pública, a Unifesp figura lá com 100% em todos os

451 requisitos de integridade que são solicitados pela norma, quando falamos em integridade, falaremos em  
452 diversas áreas diferentes, cada área dessa se encontra numa instância, então temos o Conselho Curador,  
453 tem a CPP, a CJA, a Procuradoria, a Ouvidoria, a Assessoria de Gestão e Governança da Pró-Reitoria de  
454 Administração, a Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas, o Comitê de Ética em Pesquisa, a CEPública, a  
455 Comissão de Ética Pública, então está aqui, essas áreas compõem um sistema de integridade dentro da  
456 Unifesp, temos o Escritório de Integridade Acadêmica, a Comissão Processante Permanente, a Lei Geral de  
457 Proteção de Dados, a Ouvidoria, a Procuradoria, a Propessoas, a Comissão de Ética Pública, Mediação de  
458 Conflitos, Auditoria Interna, Juízo de Admissibilidade, Comissão de Ética Pública e a área de  
459 Responsabilização de Empresas, a lei diz que tem que ter um gestor de integridade e somos da gestão de  
460 integridade da Unifesp, indicada pela Reitoria, temos também o Comitê de Governança, Risco e Controle,  
461 que tem uma vinculação e o Comitê de Integridade que é composto por todas essas áreas, a unidade  
462 gestora da integridade, que seria uma área executiva, aquela área responsável quase que uma executiva,  
463 que vai fazer acompanhamento de documentos, agendamento de reuniões, publicação de coisas, gestão de  
464 páginas etc. Foi elaborado um plano de integridade, o mais importante desse plano é o mapa de riscos da  
465 integridade, então um mapa de risco de integridade que atende aos requisitos, as auditorias são efetuadas  
466 a partir desse mapa de risco. Nós fizemos esse programa de capacitação de outubro até março, em abril  
467 tivemos aí todo esse movimento de eleições, de transição de cargos, ontem tivemos um evento da  
468 Comissão de Ética Pública comemorando os 10 anos da ética pública, então a partir do próximo mês, vamos  
469 retomar o nosso programa de capacitação em integridade, mas a CGU está com um programa de  
470 capacitação, cada mês vai ter um tema que está sendo trabalhado e estamos disponibilizando então todos  
471 os banners, os folders e vídeos da CGU na página e gostaríamos que esse tema fosse um tema que a  
472 Universidade toda tivesse conhecimento. A nossa parte foi apresentarmos o Comitê de Integridade,  
473 estimularmos que todos se aproximem do tema e tenham acesso à página, aos vídeos e às capacitações. A  
474 Sra. Janaína, e o presidente da Comissão Processante Permanente, responsável pela área de corregedoria,  
475 que também preside a Comissão de Juízo de Admissibilidade, Prof. Silvio Duailibi, irão apresentar um  
476 relatório e as situações a respeito das suas respectivas áreas de integridade. Ela disse que tem muita  
477 saudade de estar presencialmente com todos, em Guarulhos e é muito bom, sempre, mas infelizmente não  
478 podemos, mas temos aqui essa condição virtual, informou que precisa sair da reunião porque vai fazer uma  
479 participação agora no Conselho do Campus Diadema, mas que a Sra. Janaína e o Prof. Silvio vão dar  
480 continuidade ao tema. Prof. Bruno agradeceu a Sra. Tânia Mara, mais uma vez. Prof. Bruno passou a  
481 palavra aos palestrantes, não sabemos quem vai começar, se é a Sra. Janaína ou se é o Prof. Silvio, fiquem à  
482 vontade para fazer sua apresentação. Prof. Silvio cumprimentou a todos e todas, falou que apresentaria os  
483 trabalhos que desenvolvem na CPP. Relatou que quando acontece um processo administrativo em desfavor  
484 de algum colega e as comissões quando são nomeadas para conduzir esses processos, não restam dúvidas  
485 que é um stress tremendo, é uma coisa muito chata, classificou como um custo humano muito alto, porém,  
486 dentro da CPP que é a unidade correcional da Universidade, tem que seguir uma regra, desde que assumiu  
487 a CPP, por experiência própria, colocar o afinamento como um dos possíveis desfechos, o afinamento não é  
488 a finalidade da Comissão Processante e sim o acolhimento do colega, ou do agente público que está  
489 envolvido, porque ele é um colega nosso e infelizmente, se restar provado que ele cometeu alguma  
490 infração, ele que responda e vai continuar sendo o nosso colega, então deixou claro que toda suspeita deve  
491 ser investigada e o agente público tem por obrigação comunicar qualquer suposta irregularidade, avaliaram  
492 durante alguns anos a finalização de processos e perceberam um grande número de processos na CPP, que  
493 além do custo humano, tinham um custo financeiro para a Universidade bastante alto e desta forma, eram  
494 avaliados, levavam tempo, desgastavam todo mundo e chegavam no final, eram arquivados, porque muitas  
495 dessas denúncias não se sustentavam, então começaram a pensar o que se poderia fazer e a CGU sugeriu  
496 que trabalhássemos fortemente e o procurador, o Sr. Reginaldo também, o ex-procurador chefe também,  
497 que trabalhassem com admissibilidade nesse processo, que era para ver se esses processos se  
498 sustentavam, então foi criada a Câmara de Juízo de Admissibilidade, que é uma câmara que recebe as  
499 denúncias de supostas irregularidades e coleta elementos que vão subsidiar a decisão da autoridade para a  
500 instauração ou de uma ação solucionatória ou de um arquivamento, nisso se embasa, todo esse trabalho

501 tanto da CJA quanto da CPP dentro de alguns princípios básicos da administração pública e se viu que é  
502 legal, o que é proporcional àquela ação, qual é a motivação que esse colega teve, a razoabilidade desse  
503 processo, será que esse processo é econômico? Visa a eficiência? Segundo dados da CGU, um processo  
504 administrativo, um PAD custa por volta de cinquenta mil reais, então hoje se nós temos ainda 33 processos  
505 em andamento, o que não quer dizer que não se deva avaliar, não se deva seguir todo o trâmite legal, isso  
506 é seguido, enfim, porém precisam encontrar soluções mais interessantes, tudo começa com a recepção da  
507 notícia que a Sra. Janaína explanou. Sra. Janaína assumiu a apresentação e cumprimentou a todos,  
508 informou ser um prazer muito grande estar aqui passando uma visão do trabalho que desenvolvem na  
509 Ouvidoria, falou especificamente dentro desse contexto, da integridade, da questão das denúncias, a  
510 Ouvidoria não se resume só a encaminhamento de denúncias, pelo contrário, é uma porta de entrada do  
511 cidadão para que tenha contato com a administração pública, esse é um direito previsto na legislação e  
512 atendemos todos os tipos de demanda, acesso à informação e também as outras manifestações, seja  
513 reclamação, elogio, tem que trabalhar bastante nessa política, para tentarmos ver se conseguimos também  
514 elogiar o que há de bom na Universidade, então, nosso trabalho não se resume só às denúncias, mas  
515 dentro do contexto da integridade, a integridade acompanha, os canais de denúncias, têm que estar  
516 amplamente divulgados e isso tem que ser fomentado na comunidade, para que as irregularidades, sejam  
517 de fato encaminhadas, seja para apuração, seja para arquivamento, enfim, o encaminhamento correto para  
518 cada um dos casos. Até a publicação deste decreto, decreto 10153, tínhamos na Universidade múltiplas  
519 portas para a entrada de denúncias, então as denúncias entravam diretamente na CPP, pelas pró-reitoras, e  
520 também pela Ouvidoria, às vezes até o gabinete também recebia. Com a publicação deste decreto passou-  
521 se então a ser obrigatória a entrada das denúncias pela Ouvidoria, não só entrada, mas também o registro  
522 pela plataforma Fala.br. Isso veio num contexto de publicação da LGPD, que é a Lei Geral de Proteção de  
523 Dados, então justamente pelo fato de que pela plataforma Fala.br, conseguem fazer hoje a proteção dos  
524 dados do denunciante, que está previsto também na Lei Geral de Proteção de Dados, então a partir do  
525 momento que essa lei foi editada, modificaram o fluxo, então as denúncias hoje entram pela plataforma, a  
526 Ouvidoria recebe essas denúncias pela plataforma, faz uma análise preliminar, uma análise técnica  
527 preliminar desse fato, busca verificar os elementos mínimos de autoria e materialidade e aí encaminha a  
528 denúncia com esses elementos identificados ou pelo menos, como eles não tem acesso a todos os dados, à  
529 toda a materialidade que às vezes requer para aquela análise, encaminha para a CJA indicando ali o que  
530 precisaria para que essa denúncia fosse melhor analisada. Dizer que a denúncia uma vez apta, não quer  
531 dizer que ela é verdadeira, não quer dizer que estão afirmando ali que a apuração acontecerá, até porque a  
532 apuração é o último caminho, isso tem que ser muito verificado para que isso de fato vire uma investigação  
533 ou uma apuração no âmbito da CPP. Explicando um pouco da plataforma Fala.br, é uma plataforma de fácil  
534 acesso, considerando aí o estado de pandemia e até a questão dos auxílios emergenciais, a plataforma ela é  
535 muito utilizada hoje, até pelas pessoas que às vezes não têm internet em casa, usam só a tecnologia pelo  
536 celular, verificamos isso até na CGU, pelo volume de pessoas que entraram com manifestações  
537 relacionadas ao auxílio emergencial, então a plataforma hoje é uma plataforma de fácil acesso, não é algo  
538 difícil de ser acessado. Quando o cidadão opta por não se identificar, não receberá a resposta do órgão,  
539 não terá como acompanhar a resposta do órgão, parte disso até por ressalvas que o denunciante tem em  
540 se proteger, por medo de retaliações, a Ouvidoria é responsável por resguardar dados pessoais, estão num  
541 caminho, num processo de entendimento por parte dos denunciante, que podem se identificar, mas que  
542 os dados serão protegidos, mas há a opção tanto para reclamação quanto para denúncia de que essas  
543 manifestações sejam feitas de forma anônima. O prejuízo é que uma vez que aquela manifestação ainda  
544 carece de elementos, não conseguem contatar o denunciante para buscar esses elementos e isso pode  
545 levar a um arquivamento da manifestação. Todos os órgãos do Poder Executivo Federal hoje são obrigados  
546 a aderir à plataforma Fala.br, então podem fazer o encaminhamento quando a manifestação não é da  
547 Unifesp, não é de competência nossa ser tratada, tem também o registro de histórico das ações e respostas  
548 para que todo mundo acesse. Todos da Ouvidoria que acessam a plataforma, o CPF fica registrado lá,  
549 porque se houver algum vazamento de alguma informação, principalmente dados pessoais sensíveis, é  
550 possível saber como foi feito esse vazamento, o que ocorreu, porque o histórico de visualização, de ações

551 fica registrado na plataforma. Para os denunciante(s) identificados, a plataforma protege os seus dados  
552 pessoais, então nem a Ouvidoria hoje acessa esses dados, esses dados não são acessados de pronto, para  
553 visualizarmos, eles ficam pseudominimizados, para conseguir acessar, é necessário justificar o porquê quer  
554 acessar, tanto a Ouvidoria quanto a CJA quando necessita saber se aquele denunciante é ele mesmo, se  
555 tem dados pessoais do denunciante na própria manifestação. As manifestações que são aptas, que contém  
556 os elementos mínimos de autoria e materialidade, seguem para a CJA, as manifestações que entendem que  
557 podem ser arquivadas no âmbito da Ouvidoria, são arquivadas, mas têm motivos específicos, o que é  
558 diferente da análise da CJA. Os motivos de arquivamentos das manifestações na Ouvidoria são: Quando  
559 estão em duplicidade, insuficiência de dados, às vezes o texto não tem coesão, não conseguem nem  
560 identificar o que está sendo colocado ali ou quando falta urbanidade, manifestação imprópria ou  
561 inadequada, também é arquivado, nem encaminham para análise, manifestações encaminhadas com cópia  
562 para diversos órgãos, quando o órgão que vai responder é o MEC, mas o manifestante mandou para outras  
563 instituições, mas sabemos que o MEC vai responder, também não encaminham e quando há perda do  
564 objeto, a perda do objeto é quando a manifestação já foi tratada, isso acontece muito nas manifestações  
565 anônimas porque o denunciante não recebe a resposta, então acha que o caso dele não foi tratado, não é  
566 que não foi tratado, é que não recebe a resposta. Nesses casos arquivam, porém, informam para a  
567 Auditoria da CGU, o processo que ocorreu aquela análise, então a resposta conclusiva da denúncia é aquela  
568 que informa o seu encaminhamento às unidades apuratórias, neste caso primeiro vai para a CJA e depois  
569 segue para a apuração, se for o caso. Quando se entende na Ouvidoria que aquela manifestação carece de  
570 elementos, seja materialidade ou autoria, não arquivam, concluem a manifestação por falta de elementos,  
571 é uma resposta diferente, entendendo que na Ouvidoria, somos o primeiro agente público que tem contato  
572 com a denúncia, então é uma responsabilidade muito grande também entender que aquilo, de fato, não  
573 tem que ser avaliado, mesmo para ser arquivada, a manifestação tem que ser analisada e sempre que  
574 temos dúvida, precisamos de uma análise maior, encaminhamos para a CJA. Trouxeram um comparativo de  
575 manifestações recebidas até para colocar como que o canal de denúncia pela plataforma Fala.br, mesmo  
576 pela Ouvidoria, são canais que aos poucos estão sendo institucionalizados, então em 201 tiveram um total  
577 de quinhentas e quarenta e quatro manifestações de ouvidoria, isso é só ouvidoria, sem falar de acesso à  
578 informação, acesso à informação tem um quantitativo a mais a ser colocado aqui, dessas quinhentas e  
579 quarenta e quatro manifestações recebidas, responderam, pela Unifesp, quinhentas e dezessete, houve um  
580 arquivamento muito pequeno porque mesmo a manifestação que carece de elementos, não é arquivada, é  
581 respondida pela Ouvidoria, para deixar claro isso. No ano de 2020, que é um ano atípico, que foi quando  
582 iniciou a pandemia, tiveram uma diminuição importante no número de manifestações recebidas e também  
583 naquelas que foram respondidas pela Universidade, e o que chamou a atenção foi o primeiro trimestre de  
584 2021, que já tem um quantitativo mais semelhante ao ano de 2019, mesmo estando ainda na fase de  
585 pandemia e já tem dados preliminares para o segundo trimestre de 2021, que fecha agora em junho, já  
586 ultrapassa o primeiro trimestre, então essa situação de pandemia, para a Ouvidoria, não é mais um  
587 determinante no número de manifestações porque o que estão observando é que o aumento está  
588 ocorrendo, principalmente quando comparamos com 2020. Trouxeram um comparativo só dos primeiros  
589 trimestres para ver a diferença de 2019 para 2020, 2021, entendendo um pouco como é que funciona a  
590 Ouvidoria, funciona sobre alguns cenários, por exemplo, o primeiro trimestre, as manifestações que  
591 chegam são muito relativas, por exemplo, ao ingresso, denúncias de cotas, utilização de cotas de forma  
592 irregular, se tem algum concurso em andamento também chegam manifestações, então a Ouvidoria  
593 trabalha com algumas situações pontuais na Universidade, então só para chamar a atenção do por que  
594 fizemos essas análises trimestrais e de onde conseguimos analisar o porquê que temos alguns saltos de  
595 movimentação na Ouvidoria, alguns momentos em que a situação é um pouco mais calma, mas é  
596 justamente para acompanhar o que ocorre dentro da própria Universidade. Prof. Silvio assumiu a  
597 apresentação em continuidade e afirmou que, a partir do instante em que chegou na CJA, iniciaram uma  
598 investigação preliminar sumária e fazem o exame inicial, coletam evidências, obtêm as informações para  
599 poder fazer uma manifestação final conclusiva e fundamentada, elaborando uma nota técnica, que vai  
600 subsidiar a decisão da autoridade quanto à instauração de um processo disciplinar ou do seu

601 arquivamento. Recebem a denúncia, designam um relator que vai analisar este caso, analisam o caso,  
602 apreciam a necessidade de solicitar documentos e encaminham isto para discussão e com isso se faz uma  
603 decisão colegiada. Na realidade muitas vezes, o relator fica com alguma dúvida e passa isso para a decisão  
604 colegiada e discutem, definem o tipo de documento que vai ser pedido, avaliam várias coisas. Quando  
605 termina essa fase da decisão, elaboram um parecer técnico, mas em reunião com a Corregedoria irão  
606 mudar o nome para nota técnica, para alinhar com todos os processos que a Corregedoria está fazendo e aí  
607 sim partir para a decisão da autoridade. Após a avaliação da Câmara Técnica, existem alguns desfechos que  
608 podem ser: um arquivamento, pode ser um caso onde não há uma infração direta da 8.112 e entendem  
609 que é mais um caso de mediação de conflito, pode ir para CEPública, pode ir para um termo de  
610 ajustamento de conduta, que não é um processo disciplinar, esse termo é celebrado a partir do instante em  
611 que o agente público assume a culpa por aquela ação e assina um termo de ajustamento, isso fica  
612 arquivado no seu prontuário e, em dois anos, prescreve e é retirado, e tem um servidor que vai  
613 acompanhar, ver se está tudo certo, então isso é uma saída bastante interessante, sobretudo para as ações  
614 de menor poder ofensivo. Pode ir para uma sindicância, seja investigativa, seja punitiva, seja patrimonial e  
615 pode ir para um processo administrativo, rito sumário ou rito ordinário. O problema todo é estabelecerem  
616 o dia zero por uma questão prescricional, então hoje a CJU está entendendo que a hora que a autoridade  
617 julga e coloca para CPP, que é a unidade correcional da Universidade, a decisão de abrir uma sindicância ou  
618 um processo administrativo, esse seria o dia zero para a questão de efeito prescricional. Cumprimentaram  
619 o Campus porque com o número de denúncias desde 2019, quando iniciou a CJA até o dia 20 de maio e  
620 este campus estão em último lugar na questão de denúncias que recebemos, o que é muito bom, porque  
621 foram 5, porém começaram a pensar duas coisas: ou não estão comunicando, não estão denunciando  
622 algumas coisas ou, estejam resolvendo seus problemas na questão interna e isso é muito bom. Então aqui  
623 temos a quantidade de participação por denúncia deste campus, são cinco, esses assuntos são  
624 normalizados pela Corregedoria em Brasília, temos aqui o descumprimento de regime de dedicação  
625 exclusiva, teve um. Ausência na presteza das informações ou prestações de informações, outro. Porém,  
626 aqui, nós temos três, que é a falta de urbanidade com conduta escandalosa, enfim, falta de urbanidade,  
627 isto está sendo uma constante na nossa Universidade, infelizmente, em todos os Campi encontramos  
628 denúncias desse porte. Aqui, avaliando a questão do tempo e das denúncias recebidas, no ano de 2019,  
629 recebemos três, curiosamente, estes dados não dizem nada para nós, mostram alguma coisa, mas talvez  
630 para vocês seja interessante avaliar porquê tiveram duas denúncias no mês de outubro de 2019, problemas  
631 que tiveram, isso levaram a denúncias, denúncias que entraram numa CJA, denúncias que precisamos  
632 avaliar e, no ano passado, tiveram duas e também não tem nada relacionado com meses, aqui uma em  
633 abril, outra em dezembro, então esse é o Campus que dá menos trabalho para a unidade correcional da  
634 Universidade, porém o que achamos dramático é este gráfico, onde das cinco denúncias, quatro, que  
635 equivalem a 80%, foram arquivadas. Foram analisadas, foram investigadas e não se sustentavam, este é o  
636 ponto fundamental, porque essas denúncias não se sustentam. Um dado importante em termos de gestão  
637 para que repensem algumas ações ou talvez questões de transparência em que as pessoas não estão  
638 enxergando, o objetivo é ajudar a gestão nesse sentido, querer acusar alguém, mas, sim, ajudar a entender  
639 o que está acontecendo. Este ano já estamos praticamente na metade do mês de julho e não tivemos um  
640 caso de denúncia deste campus, o que achamos que é muito bom e acreditamos que estão resolvendo suas  
641 coisas, estão ouvindo os colegas de outra forma e não está tendo uma denúncia. A Sra. Janaina  
642 parabenizou o Campus por essa ação. Hoje, com 34 processos ativos, a CPP é a unidade correcional, enfim,  
643 e aqui em Guarulhos tiveram um processo e já está resolvido. Essas são algumas propostas, algumas coisas  
644 que já estão sendo feitas, sobretudo no sentido de capacitação de chefias, um dos programas continuados  
645 que devem ser sempre, não devem nunca, assim, parar, porém já está sendo feita alguma coisa com o  
646 Comitê de Mediação, a Câmara de Mediação de Conflitos já está fazendo alguma capacitação de chefias,  
647 isso para mitigar ações futuras. Ações da CEPública, palestras e lives de assuntos pontuais, mensais. Estou  
648 propondo que uma das próximas seja a falta de urbanidade porque isso está sendo uma constante na  
649 Universidade toda. Aqui colocam os membros da CPP, a Sra. Beatriz, a vice-presidente, a Sra. Maria e o Sr.  
650 Rodger, que são fantásticos. Na CJA, a Sra. Beatriz, também, o Sr. Rodger, mas tem uma colega aí do



651 Campus Guarulhos, que é a Sra. Adriana Regina Braga, que suas ações são muito pontuais, muito precisas,  
652 sobretudo nas questões humanas. Concluíram a apresentação e se colocaram à disposição para conversar e  
653 para trocar ideias, esclarecer qualquer ponto que eventualmente tenha ficado para trás. Prof. Bruno  
654 agradeceu aos palestrantes, lembrou que a Sra. Eliane Lino, que agora está aqui em Guarulhos, era manda  
655 chuva ali também na CPP. E a Sra. Beatriz também, muitos de nós já fomos convocados e tivemos que  
656 participar, atuar em processos. Afirmou para a Sra. Janaína, que é um entusiasta das ouvidorias, fez sua  
657 tese de doutorado sobre ouvidorias que são um grande instrumento de gestão que permite resolver e  
658 identificar possíveis problemas e resolver antes que se tornem uma coisa complicadíssima, que precise da  
659 Justiça, porque a Justiça é longa, demorada e custa muito, como disse o Prof. Silvio. Prof. Bruno afirmou  
660 que devemos incentivar todos a recorrerem à Ouvidoria porque numa atividade como a nossa que envolve  
661 muitas pessoas, só vamos saber se a política pública foi efetivamente implementada e como ela foi, se  
662 tivermos o retorno das pessoas, então nesse sentido, as ouvidorias são muito importantes. E sobretudo  
663 porque temos uma questão aqui, ouvimos várias queixas de servidores, enfim, da comunidade em geral, de  
664 assédio moral, então tem uma questão aí no trato pessoal, talvez seja isso que aparece na falta de  
665 urbanidade, que é um termo um pouco esquisito, mas, enfim, talvez seja isso, então é preciso atenção, e  
666 participamos realmente dessa reunião sobre essa questão, com as chefias, como lidar com conflitos e foi,  
667 enfim, apontada a possibilidade de um curso de gestão de conflitos, será solicitada essa ação aqui para  
668 Guarulhos. O Sr. Caio pediu a palavra, cumprimentou a Sra. Janaina e o Prof. Silvio, elogiou a apresentação  
669 e perguntou se ficará disponível no site "Integridade pública da UNIFESP" ou se poderiam compartilhar com  
670 o Campus para repassar para os colegas de trabalho. Prof. Silvio falou que iria verificar, mas que está  
671 gravado aqui nesta reunião e se que também estão às ordens para estar comunicando e falando com sobre  
672 esse assunto novamente em algum outro setor menor do Campus. Sr. Caio agradeceu ao Prof. Silvio. Prof.  
673 Bruno enfatizou para que todos não hesitem em procurar a Ouvidoria. A Ouvidoria atrai todo tipo de  
674 malucos, mas não é por isso que os malucos não podem ter razão. Às vezes pode parecer uma coisa  
675 estapafúrdia, mas tem uma questão lá que precisa ser, não dizemos nem investigada, às vezes não é uma  
676 questão muito séria, mas chama a atenção. Sempre tem alguma coisa que pode se tornar um problema  
677 mais complicado. Então, a vantagem das Ouvidorias é isso, poder resolver as coisas de maneira muito mais  
678 simples e informal. Informal não quer dizer sem seriedade. Informal quer dizer sem precisar passar por  
679 todos aqueles procedimentos exigidos pela justiça que implicam em manter um arquivo e uma coisa muito  
680 demorada. Prof. Silvio solicitou ao Prof. Bruno, pedir desculpas a Sra. Eliane Lino, porque desde que  
681 souberam que iriam falar em Guarulhos, pensaram em o quanto seria bom estarem mais próximos da Sra.  
682 Eliane Lino, porque trabalharam juntos em 2013 e depois novamente em 2015. Ele afirmou que ela é uma  
683 profissional fantástica que ajudou muito, e que temos uma profissional da melhor qualidade e uma pessoa  
684 que veste a camisa da Unifesp. Prof. Bruno apontou que a Profa. Hosana gostaria de saber quando as  
685 denúncias ou manifestações contra os servidores públicos passaram a ser registradas somente na  
686 Ouvidoria. Sra. Janaína afirmou que o decreto foi publicado no final de 2019, mas começaram em março de  
687 2020. Antes as denúncias entravam por várias portas, não tinha essa obrigatoriedade, hoje já tem. Então,  
688 começou em 2020. Complementou que na Ouvidoria aparece realmente de tudo, o que é bom porque o  
689 papel deles é de fazer essa interlocução. Preferem que essa interlocução seja feita na área, mas às vezes  
690 isso não é possível por diversas razões. Declarou que estão tentando fazer essa aproximação entre o órgão,  
691 a administração pública e o cidadão. Ela complementou se colocando à disposição do campus e informou  
692 que o uso da plataforma é muito simples, mas podem ajudar. Na Ouvidoria, não existe esse 100% remoto,  
693 na Ouvidoria, esse contato presencial é muito importante. Prof. Bruno agradeceu aos palestrantes e passou  
694 a palavra ao Sr. Caio. Sr. Caio perguntou se a porta de entrada de quaisquer reclamações, denúncias é por  
695 aquela plataforma, tanto interna, como externa, como por servidores quanto feita por usuários do serviço  
696 da Unifesp, se é pela plataforma Fala.br que apresentaram no início. Sra. Janaina afirmou que hoje tudo é  
697 feito pela plataforma, não tem essa distinção, é qualquer cidadão. Nas situações de denúncia e  
698 comunicações, eles fazem uma análise, mas tem o encaminhamento que é para a CJA inicial e as demais  
699 manifestações são encaminhadas para as áreas envolvidas. Então se é uma situação de diploma, se é uma  
700 situação de certificado, as situações relativas ao Hospital São Paulo, têm uma Ouvidoria própria, só colocar

701 isso aqui porque é importante informar. Têm uma Ouvidoria própria que trata das questões relativas ao  
702 Hospital São Paulo. Nesse caso, não tratamos no âmbito da Unifesp porque eles têm uma Ouvidoria  
703 independente, mas as outras situações relativas à Universidade como um todo, cursos, enfim, graduação é  
704 quem tratamos. Sr. Caio agradeceu a Sra. Janaina. Prof. Bruno agradeceu novamente aos palestrantes. Prof.  
705 Silvio também agradeceu a oportunidade e falou da importância de estarem num Campus onde não tem  
706 trabalho. Ele também pontuou que a Profa. Hosana, trabalha com eles em alguns momentos. Prof. Bruno  
707 deu prosseguimento a reunião e manifestou tentar fazer num ritmo mais acelerado. **ORDEM DO DIA -**  
708 **Aprovação das atas de meses anteriores - Anexo I.** Prof. Bruno informou que a ata para aprovação se  
709 refere à gestão anterior, da Profa. Magali Silvestre que ainda está finalizando algumas atas, e conforme  
710 estiverem prontas, vão sendo apresentadas aqui. Ele também deixou registrado que referente à sua gestão  
711 tem uma ata pronta, que não deu tempo de colocar nessa reunião, mas será apresentada na próxima  
712 congregação. Esclareceu que demora porque as atas precisam ser feitas com todo o cuidado, são a  
713 memória das nossas reuniões e das nossas decisões, é uma exigência de vários processos administrativos  
714 também que dependem de que constem em ata as indicações, por exemplo, as nomeações. Prof. Bruno  
715 consultou os membros e o Sr. Caio afirmou não ter recebido a ata, mas que pode ter sido uma falha dele.  
716 Sem manifestações contrárias aprovou com abstenções a ata da Reunião Ordinária do mês de julho de  
717 2020. Prof. Bruno anunciou a tratativa do ponto **(1) - Aprovação da indicação da Profa. Dra. Melvina Afra**  
718 **Mendes de Araújo e do Prof. Dr. José Carlos Gomes da Silva para a coordenação e vice-coordenação do**  
719 **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, aprovada pelo Conselho de Pós-Graduação do PPG em**  
720 **Ciências Sociais e pelo Colegiado da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa, homologada pela CEPG**  
721 **reunida em 27 de abril de 2021 – Anexo II –** Prof. Bruno consultou os membros e sem solicitações de  
722 esclarecimentos e manifestações contrárias aprovou a indicação da Profa. Dra. Melvina Afra Mendes de  
723 Araújo e do Prof. Dr. José Carlos Gomes da Silva para a coordenação e vice-coordenação do Programa de  
724 Pós-Graduação em Ciências Sociais da EFLCH. **(2) - Aprovação do docente Prof. Dr. Iuri Cavlak para a vice-**  
725 **chefia do Departamento de História da EFLCH, eleito com uma abstenção no Conselho do Departamento**  
726 **no dia 24/05/2021 - Anexo III.** Prof. Bruno anunciou, que a chefe do Departamento de História, Profa.  
727 Fabiana Schleumer, foi convidada e aceitou ser Pró-Reitora Adjunta da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e  
728 o vice-chefe passou a chefe e foi preciso encontrar um vice-chefe para o Departamento de História, que a  
729 indicação foi o Prof. Dr. Iuri Cavlak. Prof. Bruno consultou os membros e sem solicitações de  
730 esclarecimentos e manifestações contrárias aprovou a homologação do docente Prof. Dr. Iuri Cavlak para a  
731 vice-chefia do Departamento de História da EFLCH. **(3) - Aprovação à lista com sugestão de professores**  
732 **para composição da banca de livre-docência do Prof. Dr. Lucianno Ferreira Gatti, inscrito para o Concurso**  
733 **de Livre Docência 2020/2021, aberto pelo Departamento de Filosofia, na Área de Estética e Filosofia da**  
734 **Arte, por solicitação da Câmara de Pós-graduação e Pesquisa da EFLCH. - Prof. Dr. Sang Wow Han**  
735 **(UNIFESP/CTCMol) - Presidência da banca - Profa. Dra. Jeanne Marie Gagnebin de Bons (PUC/SP;**  
736 **UNICAMP/IEL) - Prof. Dr. Fábio Rigatto de Souza Andrade (USP/FFLCH) - Prof. Dr. Lorenzo Mammi**  
737 **(USP/FFLCH) - Prof. Dr. Luiz Fernando Ramos (USP/ECA) - Prof. Dr. Ricardo Nascimento Fabbrini**  
738 **(USP/FFLCH) - Prof. Dr. Fábio Ackcelrud Durão (UNICAMP-IEL) - Profa. Dra. Carolin Overhoff Ferreira**  
739 **(UNIFESP-EFLCH) - Prof. Dr. Henry Martin Burnett Jr. (UNIFESP/EFLCH) - Profa. Dra. Olgária Chain Feres**  
740 **Matos (UNIFESP/EFLCH) - Anexo IV.** Prof. Bruno anunciou com grande felicidade a oportunidade da EFLCH  
741 realizar um Concurso de Livre Docência, bastante raro hoje em dia. Prof. Bruno consultou os membros e  
742 sem solicitações de esclarecimentos e manifestações contrárias aprovou as indicações de representantes  
743 para compor a banca de livre-docência do Prof. Dr. Lucianno Ferreira Gatti, inscrito para o Concurso de  
744 Livre Docência 2020/2021, aberto pelo Departamento de Filosofia da EFLCH, na Área de Estética e Filosofia  
745 da Arte: Prof. Dr. Sang Wow Han (UNIFESP-CTCMol) - Presidência da banca - Profa. Dra. Jeanne Marie  
746 Gagnebin de Bons (PUC/SP; UNICAMP-IEL) - Prof. Dr. Fábio Rigatto de Souza Andrade (USP-FFLCH) - Prof.  
747 Dr. Lorenzo Mammi (USP-FFLCH) - Prof. Dr. Luiz Fernando Ramos (USP-ECA) - Prof. Dr. Ricardo Nascimento  
748 Fabbrini (USP-FFLCH) - Prof. Dr. Fábio Ackcelrud Durão (UNICAMP-IEL) - Profa. Dra. Carolin Overhoff  
749 Ferreira (UNIFESP-EFLCH) - Prof. Dr. Henry Martin Burnett Jr. (UNIFESP-EFLCH) - Profa. Dra. Olgária Chain  
750 Feres Matos (UNIFESP-EFLCH). **(4) - Aprovação dos relatórios de 18 meses dos Professores Visitantes**

751 **Prof.ª Junia Ferreira Furtado, Prof.ª Mariza de Carvalho Soares e Prof.ª Patrícia Tavares Raffaini,**  
752 **aprovados pela CEPG do PPG em História e pelo Departamento de História, a pedido da Câmara de Pós-**  
753 **graduação e Pesquisa da EFLCH - Anexo V.** Prof. Bruno informou que os relatórios foram enviados por  
754 email e lembrou que esse é um procedimento, já realizado várias vezes, os relatórios devem ser aprovados  
755 na Congregação. Prof. Bruno consultou os membros e sem solicitações de esclarecimentos e manifestações  
756 contrárias aprovou os relatórios de 18 meses dos Professores Visitantes Prof.ª Junia Ferreira Furtado, Prof.ª  
757 Mariza de Carvalho Soares e Prof.ª Patrícia Tavares Raffaini, do Departamento de História da EFLCH. **(5) -**  
758 **Aprovação do Relatório de Gestão da CAEP (Comissão de Avaliação de Estágio Probatório) do campus**  
759 **Guarulhos, tendo em vista o encerramento do mandato 2018/2021, por solicitação do Prof. Dr. Luís**  
760 **Fernando Prado Telles, Presidente da CAEP na EFLCH – Anexo VI.** Prof. Bruno esclareceu que esse ponto  
761 foi solicitado pelo Prof. Luís Fernando Prado Telles, que foi presidente da CAEP da EFLCH por este período.  
762 O relatório é curto, tem três páginas, mostra o trabalho realizado, a quantidade de processos. Esta é uma  
763 comissão importante, ela é obrigatória, precisa existir. Prof. Bruno consultou os membros e sem  
764 solicitações de esclarecimentos e manifestações contrárias aprovou o Relatório de Gestão da CAEP  
765 (Comissão de Avaliação de Estágio Probatório) do Campus Guarulhos, tendo em vista o encerramento do  
766 mandato 2018/2021. **(6) - Recomposição da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório - CAEP, do**  
767 **campus Guarulhos para o mandato 2021/2023, conforme a Resolução nº 145 do CONSU de 21 de**  
768 **fevereiro de 2018, que dispõe sobre a avaliação de desempenho docente no período de estágio**  
769 **probatório que será constituída por 5 (cinco) servidores docentes estáveis fixos, possuindo cada**  
770 **membro, um suplente: Congregação da Unidade Universitária: indicar 2 (dois) membros titulares e 2**  
771 **(dois) suplentes; Câmara de Graduação: 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente dentre seus**  
772 **integrantes; Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa: 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente dentre seus**  
773 **integrantes; Câmara de Extensão e Cultura: 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente dentre seus**  
774 **integrantes.** Prof. Bruno esclareceu que o Prof. Luís Fernando deixa a Presidência da CAEP e é necessário  
775 recompor esta comissão, a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório da EFLCH, do Campus Guarulhos,  
776 para o mandato 2021 a 2023, conforme resolução nº 145 do CONSU, de 21 de fevereiro de 2018, que  
777 dispõe sobre avaliação de desempenho docente no período de estágio probatório. Há regras específicas e  
778 bem claras para a composição desta comissão. Esta comissão deve ser constituída por cinco servidores  
779 docentes estáveis fixos, possuindo cada membro um suplente. Isso está no Anexo 4. Então, a regra é a  
780 seguinte: a Congregação precisa indicar dois membros titulares e dois suplentes. A Câmara de Graduação  
781 indica um membro titular e um suplente dentre os seus integrantes. A Câmara de Pós-Graduação e  
782 Pesquisa indica um membro titular e um membro suplente dentre os seus integrantes. A Câmara de  
783 Extensão e Cultura indica um membro titular e um suplente dentre seus integrantes. Como dissemos esta  
784 comissão, precisa existir, é obrigatória. Prevê-se que não vai ter, pelo menos num primeiro momento,  
785 muitas atividades porque os concursos foram suspensos, não é possível iniciar um processo para abrir um  
786 concurso novo desde 2018. Então, os concursos que foram realizados são concursos que já estavam  
787 programados, já tinham sido negociados, já tinham sido publicados os editais. O estágio probatório está  
788 diretamente ligado a realização desses concursos. Então, enquanto não tivermos mais possibilidade de  
789 abrir novos concursos, apenas algumas questões remanescentes, algumas dúvidas que precisam passar por  
790 essa comissão vão aparecer. De qualquer maneira, é necessário recompor essa comissão. Prof. Bruno leu  
791 para os membros os nomes indicados que seriam aprovados. Pela Câmara de Graduação indicados como  
792 integrantes para compor a CAEP: Prof. Dr. Fernando Rodrigues de Oliveira como membro titular e Prof. Dr.  
793 Leonardo Garcia Santos Gandolfi como suplente. Pela Câmara de Extensão e Cultura temos a indicação da  
794 Profa. Dra. Célia Regina Batista Serrão como titular e do Prof. Dr. Orlando Vian Júnior como suplente. Na  
795 Congregação como indicações da Congregação foram solicitados aos chefes de departamento que  
796 consultassem os departamentos e obtivemos algumas sugestões. Do Departamento de Letras veio a  
797 indicação da Profa. Lúcia Sano. Do Departamento de Ciências Sociais veio a indicação do Prof. Dr. José  
798 Lindomar Coelho Albuquerque. Do Departamento de Filosofia o Prof. Dr. Maurício Pagotto Marsola. Prof.  
799 Bruno informou que faltava um nome, além de definir quem seria titular e suplente e perguntou se alguém  
800 gostaria de se oferecer ou teria alguma sugestão, são quatro indicações da Congregação, sendo dois

801 titulares e dois suplentes. O Prof. Marcos Cezar informou via chat que a Câmara de Pós-Graduação definirá  
802 sua indicação na reunião do dia 14 de junho. Profa. Graciela informou que a Profa. Amanda da Letras  
803 manifestou interesse para fazer parte dessa comissão. É uma professora que chegou no ano passado e veio  
804 por transferência judicial. Prof. Bruno agradeceu a Profa. Graciela e esclareceu a todos que já havia  
805 conversado com a Profa. Graciela, que do ponto de vista da Direção Acadêmica, não considera que seja  
806 adequado ela integrar essa comissão, neste momento, porque acabou de chegar e em meio à pandemia.  
807 Essa comissão pressupõe conhecimento do nosso Campus, da Instituição porque há uma série de  
808 particularidades, a resolução 145, tem 16 páginas, foi enviada como anexo e essa comissão precisa levar  
809 em conta uma série de aspectos para apreciar os relatórios de estágio probatório. A Profa. Marina Soler  
810 perguntou sobre as reuniões. Prof. Bruno esclareceu que acontecem quando necessário. Nesse relatório  
811 que foi enviado pelo Prof. Luís, menciona-se que, nesse período, foram três anos, foram realizadas 13  
812 reuniões de trabalho. Foram realizadas 32 análises de processos, considerando primeira e segunda fase de  
813 avaliação, totalizando 16 processos de estágio probatório. Então, depende da existência de estágio  
814 probatório a ser avaliado. Tivemos esse ano concurso para provimento do cargo docente de Libras porque  
815 já tinha sido negociado e atrasou. Não há muitos outros concursos, então não é uma urgência, ao contrário  
816 da Comissão Processante Permanente, não vai haver uma atividade frenética nessa comissão da CAEP. O  
817 Prof. Gilberto perguntou se a sugestão da chefia deveria ser feita naquele momento, pois assumiu  
818 recentemente a chefia do Departamento de História e não estava sabendo dessa consulta. Prof. Bruno  
819 respondeu que pediu para que os chefes de departamento consultassem os departamentos para que  
820 pudesse montar essa comissão nesta reunião, por isso se alguém se oferecer para participar, já poderia  
821 fechar. A Profa. Marina Soler se prontificou em participar como suplente por estar com problemas de  
822 saúde. O Presidente informa que pela Congregação ficaram quatro nomes: a Profa. Lucia Sano e o Prof.  
823 José Lindomar Coelho Albuquerque como titulares. O Prof. Maurício Pagotto Marsola e a Profa. Marina  
824 Soler Jorge como suplentes. Os outros nomes já foram apresentados, da Câmara de Graduação e da  
825 Câmara de Extensão e Cultura. Os nomes da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa vão ser comunicados  
826 depois pelo Prof. Marcos Cezar e aprovamos ad referendum e comunicamos a todos na próxima  
827 Congregação. Prof. Júlio pediu a palavra e sugeriu que fosse utilizado o sistema de votação do programa,  
828 por ter a impressão que esse "quem concorda fica como está" indutor de unanimidade. Prof. Bruno  
829 esclareceu que a enquete é mais demorada, a intenção é facilitar. O Presidente pediu que o Sr. Leandro,  
830 colocasse a enquete, como opção A, B e C. Sendo a opção A pela aprovação dos nomes mencionados. Pela  
831 Congregação: a Profa. Lucia Sano e o Prof. Lindomar como titulares e o Prof. Maurício Marsola e a Profa.  
832 Marina Soler como suplentes. Pela Câmara de Graduação: Prof. Fernando Rodrigues de Oliveira, titular e o  
833 Prof. Leonardo Garcia Santos Gandolfi, suplente. Pela Câmara de Extensão e Cultura: Profa. Célia Regina  
834 Batista Serrão, titular e Prof. Orlando Vian Júnior, suplente. Pela Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa, os  
835 nomes vão ser comunicados pelo Prof. Marcos Cézar, serão aprovados ad referendum e serão trazidos à  
836 próxima Congregação. Então, essa é opção A, opção B é contrário e a opção C é abstenção. Foi colocada a  
837 enquete e após o resultado o Prof. Bruno declarou aprovadas as indicações para a recomposição da  
838 Comissão de Avaliação de Estágio Probatório - CAEP, do Campus Guarulhos para o mandato 2021/2023,  
839 conforme a Resolução nº 145 do CONSU de 21 de fevereiro de 2018: Congregação do Campus Guarulhos:  
840 Titulares: Prof. Dr. Jose Lindomar Coelho Albuquerque (Ciências Sociais) - Profa. Dra. Lucia Sano (Letras) -  
841 Suplentes: Prof. Dr. Maurício Pagotto Marsola (Filosofia) - Profa. Dra. Marina Soler Jorge (História da Arte) -  
842 Câmara de Graduação: Titular: Prof. Dr. Fernando Rodrigues de Oliveira - Suplente: Prof. Dr. Leonardo  
843 Garcia Santos Gandolfi - Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa: Indicação na próxima Congregação - Câmara  
844 de Extensão e Cultura: Titular: Profa. Dra. Célia Regina Batista Serrão - Suplente: Prof. Dr. Orlando Vian Jr.  
845 **(7) - Instituir Comissão assessora da Congregação com a finalidade de atualizar o Regimento Interno da**  
846 **EFLCH, de acordo com o texto final do Regimento Geral da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp),**  
847 **em até 120 dias após a publicação da RESOLUÇÃO Nº 198/2021/CONSELHO UNIVERSITÁRIO, que entrou**  
848 **em vigor em 03 de maio de 2021.** Prof. Bruno informou que será necessário instituir uma comissão  
849 assessora da Congregação. Uma comissão temporária com finalidade de atualizar o Regimento Interno da  
850 EFLCH de acordo com o texto final do Regimento Geral da Universidade Federal de São Paulo. Que o prazo

851 é de 120 dias para fazer isso, a contar da publicação da resolução do Conselho Universitário que entrou em  
852 vigor em 3 de maio de 2021. O presidente enfatizou sobre o curto prazo para atualizarmos o nosso  
853 Regimento Interno e que precisamos de boa vontade de todos que estejam dispostos a participar dessa  
854 aventura fascinante que é adequarmos o Regimento Interno da EFLCH ao Regimento Geral da Unifesp. A  
855 princípio, não há um número exato de integrantes e consultou sobre os interessados. Os servidores Sra.  
856 Janete, o Sr. Caio, Profa. Ana Hoffmann e Sr. Ailton manifestaram interesse. A Profa. Marina considerou  
857 interessante convidar alguém que tenha feito parte da comissão passada, como o Prof. Júlio, Prof. André  
858 Tavares. Prof. Júlio, informou que essa comissão precisa ter 70% de docentes. Prof. Bruno convidou o Prof.  
859 Júlio ele disse que aceita participar, desde que se observe esse percentual. O Presidente declarou que é  
860 importante começar os trabalhos e que não vê problema em começar com essa composição da comissão e  
861 caso alguém queira participar, entrar depois. Prof. Júlio afirmou que se temos três não docentes, temos  
862 que conseguir mais sete docentes para colocar. Prof. Bruno afirmou que a Direção Acadêmica, ele e a  
863 Profa. Sandra, também podem participar. A Profa. Jacira manifestou interesse em participar. Ele sugere  
864 aprovar esses nomes que se apresentaram, para poder começar os trabalhos, e aí adequamos as regras  
865 desses 70% e fechamos a composição na próxima Congregação, pois está realmente preocupado com o  
866 prazo. Prof. Bruno passou o ponto para aprovação e reforçou que essa é uma comissão provisória para  
867 tratar dessa questão do regimento interno da EFLCH e se auto desmanchará quando tivermos realizado  
868 essa missão. Sr. Caio sugeriu que como a Direção Acadêmica fará parte da comissão, a Sra. Andreia possa  
869 reunir essas pessoas, fazer uma convocatória para organizar já preliminarmente como irão fazer a análise  
870 dos documentos e as atualizações. Prof. Bruno respondeu que será pegar o Regimento Geral da Unifesp  
871 que foi aprovado depois de muitas discussões e ver o que no regimento da EFLCH está incompatível e fazer  
872 as adequações. Isso é importante porque pode gerar um efeito cascata para os Departamentos, para,  
873 enfim, algumas outras coisas. Sr. Caio tomou a palavra e respondeu que vamos ter que ler o Estatuto  
874 também porque o Regimento está muito relacionado ao Estatuto. Têm vários pontos no Regimento que  
875 fazem menção ao Estatuto. Prof. Bruno afirmou que o Sr. Caio tem razão, são 90 dias. Prof. Bruno  
876 consultou os membros e sem manifestações contrárias aprovou a Instituição da Comissão provisória,  
877 assessora da Congregação, com a finalidade de atualizar o Regimento Interno da EFLCH, de acordo com o  
878 texto final do Regimento Geral da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em até 120 dias após a  
879 publicação da RESOLUÇÃO Nº 198/2021/CONSELHO UNIVERSITÁRIO, que entrou em vigor em 03 de maio  
880 de 2021. – Membro: Sra. Janete Cristina Melo Marques - Sr. Caio Batista da Silva – Prof. Ailton Lafaiete  
881 Melo da Silva Frotscher - Prof. Dr. Bruno Konder Comparato - Profa. Dra. Sandra Regina Leite de Campos -  
882 Profa. Dra. Ana Maria Pimenta Hoffmann - Profa. Dra. Jacira de Freitas - Prof. Dr. Julio Cesar Casarin  
883 Barroso Silva - Prof. Dr. André Luiz Tavares Pereira. **(8) - Aprovação da proposta de Curso Sequencial em  
884 Estudos Clássicos, que envolve os Departamentos de Filosofia, História, História da Arte e Letras,  
885 aprovado em reunião ordinária da Câmara de Graduação, de 07 de junho de 2021, por solicitação da  
886 Presidente da Câmara de Graduação da EFLCH, Profa. Dra. Vera Lúcia Gomes Jardim - Anexo IX.  
887 Convidadas: Prof.ª Dr.ª Lucia Sano e Prof.ª Dr.ª Bianca Morganti, para que apresentem o projeto e  
888 respondam eventuais questões dos membros da Congregação do Campus Guarulhos.** Prof. Bruno  
889 informou que seria apresentada a proposta do Curso Sequencial em Estudos Clássicos. Profa. Lúcia  
890 agradeceu aos Profs. Bruno e Sandra e iniciou a apresentação, relatou que em 2018 após a EFLCH entrar  
891 em contato com a Prograd foi montado um GT pelo Conselho de Graduação. Em abril de 2019 o Conselho  
892 de Graduação aprovou a resolução que regulamenta a oferta de curso sequencial. O Campus Guarulhos,  
893 participou junto com a Profa. Andreia Menezes, que é professora de espanhol, dessa regulamentação.  
894 Depois houve um período em que, por questões técnicas, foi discutido sobre a emissão dos certificados dos  
895 alunos. A ideia surgiu por dois motivos: um, porque a ideia de interdisciplinaridade foi chave na ampliação  
896 do nosso Campus e outra, por uma questão prática, os professores de Letras observaram que nos cursos de  
897 Grego Antigo e de Latim, tínhamos uma presença forte de alunos de outros departamentos, sobretudo, do  
898 Departamento de Filosofia, mas de outros também. Perceberam que metade dos monitores de língua grega  
899 vieram da Filosofia e não do Curso de Letras. Por outro lado, tem a questão da interdisciplinaridade do  
900 próprio campo de Estudos Clássicos. Os docentes de Filosofia, História, História da Arte perceberam a

901 importância de os pesquisadores conhecerem as línguas antigas e, por outro lado, os docentes das letras,  
902 frequentemente desenvolvem projetos de pesquisas que têm intersecção com outras áreas, seja Filosofia,  
903 História ou mesmo a cultura material. Então, a partir dessa percepção e do fato de que no Campus existe a  
904 figura do domínio conexo, pensaram no projeto como uma proposta para os alunos centrarem as eletivas  
905 que eles já têm que fazer, os domínios conexos que eles já têm que fazer em UCs que tratam da  
906 antiguidade, assim, de certa forma, monta-se um percurso um pouco mais coeso, porque não haveria que  
907 fazer créditos a mais para que se pudesse fazer esse percurso. Então, foi a Profa. Maria Angélica que nos  
908 apontou que essa figura já existia, que era o Curso Sequencial. Uma característica peculiar do curso, é a  
909 composição curricular específica. Tem uma peculiaridade que é o fato de que ainda há flexibilidade dentro  
910 dessa composição curricular. São cinco UCs, mas os alunos poderiam escolher. Por alguns motivos: um,  
911 porque dois semestres de línguas são obrigatórios, mas achamos que o aluno deve poder escolher se ele  
912 vai estudar grego ou latim, a depender de seu interesse ou do seu projeto de pesquisa, se já estiver  
913 devendo uma iniciação científica por exemplo e também porque o interesse era que o aluno entrasse em  
914 contato com abordagens distintas daquelas do seu curso de origem nesse curso. Então, um aluno das letras  
915 pode fazer um curso de Filosofia Antiga ou de História Antiga. Nesse sentido, também não interessa que o  
916 aluno faça uma UC especificamente, mas que ele tenha oportunidade de fazer uma das UCs que lidam com  
917 História Antiga. Do Curso de Letras, temos três disciplinas que tratam da literatura da antiguidade que têm  
918 ementas, duas delas bastante amplas, bastante abertas, inclusive em um semestre pode ser centrado em  
919 literatura latina e em outro semestre centrado em literatura grega. Então, também é interessante o aluno  
920 ter a possibilidade de escolher dentro de uma gama. Foi observado, um pouco antes da reunião da Câmara  
921 de Graduação que foi na segunda-feira, já tínhamos enviado para o projeto, que havia uma discrepância  
922 com relação à carga horária total. Essa discrepância também está no anexo que foi enviado para os  
923 membros da Congregação. Temos no caso das UCs de Filosofia, ou seja, na Filosofia as UCs têm 90 horas,  
924 diferentemente das outras UCs que têm 60, no entanto, ainda uma das UCs de Filosofia tem 60 horas,  
925 achamos que faz parte neste momento das matrizes de transição. Então, por causa disso, o aluno pode  
926 cumprir essas UCs cinco com 300 ou 330 horas. Então, será feita essa correção no projeto. Concluíram,  
927 observando que o Curso Sequencial, quando foi discutida a regulamentação dentro desse GT, uma das  
928 ideias que surgiu e também durante a reunião do Conselho de Graduação, quando a resolução foi  
929 aprovada, havia um interesse nesse Curso Sequencial por que a regulamentação do MEC permite que ele  
930 seja aberto ao público externo. A resolução da Unifesp permite apenas que alunos de graduação da Unifesp  
931 se matriculem nesses Cursos Sequenciais. Então, por exemplo, a Baixada Santista demonstrou bastante  
932 interesse em algum momento essa resolução ser revista para permitir a entrada de público externo,  
933 embora saibamos que é uma questão complicada porque envolve aspectos orçamentários. Por outro lado,  
934 o Departamento de Letras, tem observado nos últimos anos uma diminuição de interesse dos alunos no  
935 bacharelado, a maior parte dos alunos quer fazer licenciatura. Então, entenderam que o Curso Sequencial  
936 pode ser um atrativo para aquele aluno que está fazendo bacharelado. Por fim, esclareceram, que não  
937 constou nos slides, existe duas possibilidades de oferta desses sequenciais: uma é a oferta pontual, então  
938 se organiza um projeto para o oferecimento de um sequencial, por exemplo, ao longo do ano de 2022. E  
939 neste caso a oferta é uma oferta contínua. Isso significa então que uma vez que o projeto esteja aprovado,  
940 os alunos possam, sem ter que se matricular neste Curso Sequencial, cursar essas UCs e uma vez que  
941 tenham completado essa carga horária, eles apresentarem uma solicitação então do seu certificado. Não  
942 sabemos se chegou para quem está aqui na Congregação também a resolução da Unifesp, mas na própria  
943 resolução já consta o modelo do documento que o aluno deve apresentar solicitando o seu certificado e  
944 também o modelo do certificado que ele recebe ao fazer jus ao certificado. Profa. Lúcia encerrou a  
945 apresentação e se colocou à disposição para dúvidas. Prof. Bruno assumiu a palavra e disse que a proposta  
946 é muito interessante, lembrou que já tivemos um Curso Sequencial aprovado numa reunião anterior, já há  
947 algum tempo, de espanhol, Estudos Hispânicos, envolvendo o Departamento de Letras e o Departamento  
948 de História. Então, esse envolve mais departamentos. Ele questionou se essas UCs são UCs obrigatórias,  
949 porque se forem eletivas, elas têm que ser oferecidas regularmente para poder tornar uma possibilidade.  
950 Profa. Lúcia assumiu a palavra e respondeu que algumas UCs da Filosofia são eletivas. Colocaram essa

951 possibilidade de o aluno cursar uma eletiva porque, no caso da Filosofia, acreditam que seja o único curso  
952 do nosso Campus em que não tenha uma lista fixa de eletivas. Na Letras, por exemplo, temos um cardápio  
953 fixo de eletivas, mas no caso da Filosofia, pelo que entendemos, existe uma flexibilidade maior. Então,  
954 deixamos prevista essa possibilidade, no caso da Filosofia. No caso dos demais cursos são UCs oferecidas  
955 regularmente. Letras, nem todas são o que chamam de obrigatórias, são o que chamam de  
956 complementação de formação. Então, embora não haja um caráter obrigatório dos alunos de Letras  
957 cursarem, elas são sim oferecidas todo ano. Profa. Vera esclareceu que sobre essa questão, houve uma  
958 série de reuniões entre a Diretoria Acadêmica, a STI e os coordenadores envolvidos no Curso Sequencial de  
959 Estudos Hispano-americanos para justamente poderem acertar essa questão, e já está sendo desenvolvido,  
960 temos uma série de acordos estabelecidos, havia até solicitado para que recuperassem esse material e a  
961 Sra. Lidiane também respondeu que os processos estão sendo organizados, inclusive no plano da STI.  
962 Então, essa questão já está sendo acertada e vamos adotar os mesmos processos que já estavam  
963 acordados com o Curso de Estudos Hispano-americanos. Envolve a colaboração da STI, envolve a  
964 colaboração de técnicos e envolve a colaboração de coordenações e dos envolvidos nos cursos, inclusive,  
965 parte da solicitação dos alunos que vão cumprindo estas UCs. Então, depois de cumpridas essas UCs que  
966 estão listadas e indicadas no curso, entram com essa solicitação. O Sr. Ailton perguntou onde seriam  
967 disponibilizadas as informações para os alunos. A Profa. Lucia respondeu que serão disponibilizadas na  
968 página dos departamentos, que podem enviar para a lista dos alunos. Profa. Lúcia respondeu que haverá  
969 um site, que depois poderão conversar para ver se consegue ser relacionado na página da EFLCH,  
970 importado. Profa. Lúcia agradeceu a todos pela participação. Profa. Vera agradeceu a Profa. Lúcia e os  
971 colegas que estão envolvidos nesse projeto. Declarou saber o quanto é difícil elaborar essa proposta,  
972 conseguindo passar por todos os trâmites que são necessários, atender a todos os requisitos da legislação,  
973 então é um trabalho que merece o respeito de todos e acha que é importante para o nosso Campus a  
974 organização desse tipo de proposta e agradeço aos colegas aqui do nosso colegiado que também  
975 aprovaram essa proposta. Prof. Bruno consultou os membros e sem manifestações contrárias aprovou o  
976 **Curso Sequencial em Estudos Clássicos, que envolve os Departamentos de Filosofia, História, História da**  
977 **Arte e Letras da EFLCH.** Prof. Bruno questionou a Profa. Vera, sobre uma reivindicação antiga do Prof.  
978 Júlio, para que alunos possam cursar UCs em outro Campi e sempre é uma dificuldade. Ele perguntou se  
979 seria possível montar um curso sequencial desses entre Guarulhos e Osasco, por exemplo. Profa. Vera  
980 afirmou que estão fazendo parte de uma comissão que acabou de fazer uma regulamentação das UCs. É  
981 um GT das UCs multicampi na Unifesp, que vão estar abertas para todas os alunos de todos os cursos da  
982 Unifesp. Então, não se trata de UC específica para esse ou aquele curso, mas aberta para o interesse geral  
983 de todos os alunos. Esse processo vai ser instaurado inicialmente de modo experimental e cada campus da  
984 Unifesp vai oferecer entre duas ou três UCs que os professores considerarem que têm um caráter  
985 multicampi. Acreditam que já está começando com essa proposta, mas a princípio como não tem noção do  
986 movimento, da adesão, de como isso vai ser feito, a capacidade dos sistemas, então organizarão isso. Tem  
987 uma regulação que será aprovada em breve, porque essa regulação está terminada. Será apresentada em  
988 Conselho de Graduação, então já estão pensando nisso para que possam abrir oportunidade de uma  
989 conversa interdisciplinar no âmbito da Universidade, não desse com aquele Campus. Será iniciado devagar,  
990 não dá para abrir tudo de repente. Prof. Bruno afirmou ser muito bom e agradeceu a Profa. Vera, pelos  
991 esclarecimentos. A interdisciplinaridade é isso, na prática. Não adianta falarmos e dificultarmos as coisas na  
992 prática. Prof. Bruno passou a palavra ao Prof. Júlio que afirmou estar muito feliz com esse anúncio da Profa.  
993 Vera. Ele perguntou se a ideia é que os professores indiquem que a disciplina é aberta a outros Campi, se  
994 haverá um número limitado de UCs, se poderá ser oferecida a mais de um Campus e como é que está  
995 sendo pensado isso. Profa. Vera respondeu que a ideia é aproveitarmos inclusive a expertise do Campus  
996 Guarulhos nos domínios conexos, que temos uma circulação dos alunos entre as UCs do nosso campus. Não  
997 organizaram uma unidade curricular especificamente para poder atender a outras necessidades, mas uma  
998 UC que os alunos se interessam e circulam entre essas UCs por seu livre interesse ou por sua formação.  
999 Então, essa proposta está sendo ampliada para todos os campi da Unifesp. A proposta inicial é usar  
1000 praticamente a mesma estrutura que estavam usando com os domínios conexos. O professor organiza uma

1001 UC e pensa que essa UC pode ser aberta para domínio conexo e não precisa necessariamente servir única e  
1002 exclusivamente para a formação do seu curso. Então, estabelece um número de vagas para outros  
1003 interessados, só que no caso das UCs multicampi, serão abertas para toda a Universidade. Como não  
1004 sabem exatamente o movimento que terão, então pensaram que, na Câmara de Graduação, fariam a  
1005 indicação de uma ou duas UCs a partir do interesse dos professores em abrir e oferecê-las para alunos de  
1006 outros cursos. Há um movimento para se criar UCs especificamente para pensar nessa pluralidade de  
1007 cursos da Unifesp de formações, mas também pensar em aproveitar as próprias UCs que o professor julgar  
1008 que tem essa característica e que possa abrir a sua, uma quantidade de vagas para isso. Haverá um sistema  
1009 também de priorização das vagas caso tenham muitos alunos inscritos. Como isso ainda não foi aprovado,  
1010 embora já esteja pronto para ser encaminhado, estão adiantando e já foi inclusive conversado na Câmara  
1011 de Graduação para que as coordenações também já comecem a observar junto aos seus cursos e junto a  
1012 seus professores, nos seus departamentos, eventuais possibilidades de UCs que possam ser abertas como  
1013 UCs multicampi. Mas inicialmente tem limites porque estão em fase de teste. Aos poucos a depender de  
1014 como se organiza, podem aumentar e oferecer uma quantidade maior, mas originalmente, seriam 2 ou 3  
1015 UCs por Campus da Unifesp. Prof. Bruno agradeceu a Profa. Vera e afirmou que quando tivermos essas  
1016 informações mais prontas, certamente receberemos notícias. **(9) - Aprovação do Edital de eleição para a**  
1017 **Presidência da Câmara de Graduação EFLCH, por solicitação da Presidente da Câmara de Graduação**  
1018 **EFLCH, Profa. Dra. Vera Lúcia Gomes Jardim - Anexo X.** – Prof. Bruno passou a palavra para a Profa. Vera  
1019 para falar sobre o edital de eleição para Presidência da Câmara de Graduação da EFLCH. Profa. Vera  
1020 informou que está finalizando o mandato desses dois anos, bastante pesados. Abriram edital para as  
1021 eleições da Presidência da Câmara e esclareceu ao colegiado que a eleição da Câmara é um processo  
1022 eletivo bastante pequeno e reduzido porque os eleitores são os membros da Câmara: as coordenações, os  
1023 representantes TAEs, discentes e os representantes dos Núcleos que fazem parte da Câmara de Graduação:  
1024 o NAE, O NAI e o Apoio Pedagógico. Tem na Câmara uma indicação um pouco mais precisa de voto, em que  
1025 cada curso, principalmente os ABI tem direito somente a um voto, até para não darmos maior quantidade  
1026 de votos para cursos ABI, que são dois: bacharelado e licenciatura, em comparação com aqueles como  
1027 Pedagogia que só tem licenciatura e História da Arte que só tem bacharelado. Então, cada curso na Câmara  
1028 tem direito a apenas um voto e a Presidência da Câmara também, de acordo com nosso regimento, exige  
1029 que a Presidência da Câmara seja exercida e, portanto, só podem se candidatar a este cargo professores  
1030 que já tenham sido coordenadores de curso ou que já fizeram parte de NDE ou de comissão de curso,  
1031 porque se trata de uma questão do funcionamento mesmo das coordenações, é preciso haver esse  
1032 conhecimento prévio e essa vivência prévia na gestão dos cursos de graduação. Esse edital, começaram a  
1033 conversar sobre a sucessão da Câmara desde janeiro, na reunião de quatro de janeiro deste ano.  
1034 Organizaram o processo eleitoral virtual, acertaram tudo com a DTI do campus. A Comissão Eleitoral é  
1035 composta pelo Prof. Sandro Kobol Fornazari, que é coordenador de Filosofia e o Sr. Caio Batista da Silva que  
1036 é da Biblioteca, que também é representante na Câmara e aqui na Congregação. Eles também estão  
1037 participando desta Comissão e será feita em breve, ao final deste mês. Vamos divulgar esse edital na lista  
1038 dos professores da EFLCH, somente dos professores porque só eles podem se candidatar e publicar  
1039 também no site. Teremos um período de inscrições e um período de votação, que será no final deste mês.  
1040 Com todos os procedimentos para uma eventual posse em agosto deste ano, quando finaliza também o  
1041 mandato, para tomada de posse final, passando pela Congregação, aprovando pelo Conselho, esse  
1042 processo todo. Prof. Bruno consultou os membros e sem solicitações de esclarecimentos e manifestações  
1043 contrárias aprovou o Edital de eleição para a Presidência da Câmara de Graduação EFLCH. **(10) - Aprovação**  
1044 **do edital de remoção para o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, para o Núcleo de Apoio**  
1045 **Pedagógico, com 02 (duas) vagas, por solicitação da Sra. Eliane Lino, chefe da Divisão de Gestão com**  
1046 **Pessoas EFLCH - Anexo XI.** Prof. Bruno esclareceu que com a impossibilidade de abrir concursos, sempre  
1047 que surge uma vaga porque o servidor muda, vai para outro Campus, uma das poucas possibilidades de  
1048 preencher é a partir de editais de remoção. Ele consultou os membros e sem solicitações de  
1049 esclarecimentos e manifestações contrárias aprovou o edital de remoção para o cargo de Técnico em  
1050 Assuntos Educacionais, para o Núcleo de Apoio Pedagógico da EFLCH, com 02 (duas) vagas. **(11) -**



1051 **Atualização de informe sobre o documento "Carta do Departamento de Educação aos (às) Senadores (as)**  
1052 **da República e à Comunidade da EFLCH - Em defesa da Vida, dos (as) educadores (as), dos estudantes e**  
1053 **familiares e contra o Projeto de Lei (PL) nº 5.595/20" e solicitação de divulgação pública desse**  
1054 **documento atualizado com apoio da EFLCH, por solicitação do Departamento de Educação da EFLCH -**  
1055 **Anexo VIII.** Prof. Bruno informou que esse ponto foi solicitado pelo Departamento de Educação. Prof. João  
1056 do Prado tomou a palavra e afirmou que é uma atualização, como cita no ponto. Esclareceu que a intenção  
1057 é manifestar que o posicionamento do Departamento, era justamente esse, para fomentarmos o debate  
1058 interno, como foi feito. O departamento decidiu no último conselho que, por suas questões específicas, em  
1059 relação à Educação Básica, principalmente, não só, mas principalmente, ia se posicionar publicamente,  
1060 então foi uma razão. O que não impede essa que é a questão, acompanhando toda a tramitação  
1061 institucional porque fortalece a luta contra o PL, contra o que ele significa. Há vários documentos no site do  
1062 Senado que ajudam a entender melhor. Apontou que o Departamento decidiu acompanhar o processo.  
1063 Atualizaram a carta porque também tem essa novidade da tramitação ser colocada na pauta do Senado.  
1064 Tem a novidade que é essa questão da vacinação dos professores da Educação Básica. O Departamento,  
1065 como departamento, mas sempre nessa perspectiva de diálogo. Trazer de volta para a Congregação qual foi  
1066 o nosso posicionamento na última reunião e agradecermos toda a movimentação que foi feita. Prof. João  
1067 comentou que o Prof. Bruno tem ligado, tem se preocupado, tem falado nesses espaços e consideramos  
1068 isso importante porque, quem acompanha a Educação Básica e vários dos nossos docentes do  
1069 Departamento têm diversos projetos, não só de pesquisa, mas de extensão, diversos projetos junto às  
1070 escolas de educação básica, as públicas, principalmente. Há um contexto de muita preocupação desses  
1071 profissionais enfim, a luta era essa. Prof. João agradeceu ao Prof. Bruno e a todos e todas. Prof. Bruno  
1072 agradeceu ao Prof. João e afirmou que, assim que todos estiverem atualizados com essa carta, então  
1073 poderemos publicar na nossa página e ajudaremos na divulgação. Ele perguntou ao Prof. João se era isso o  
1074 que queria e ele respondeu que sim. Como disseram anteriormente, essa carta já provocou toda uma  
1075 discussão na Universidade, despertou a atenção para essa questão e foi importante para conscientizarmos  
1076 a Reitoria da necessidade de se posicionar com relação a isso. A solicitação formal da Reitoria da Unifesp ao  
1077 Governo do Estado para que haja um esforço no sentido da vacinação dos professores de ensino superior e  
1078 o diálogo com as outras universidades públicas do Estado de São Paulo é também uma consequência desta  
1079 carta. Isso foi importante. O presidente agradeceu aos colegas da Educação. Prof. Bruno consultou os  
1080 membros e sem solicitações de esclarecimentos e manifestações contrárias aprovou o a solicitação do  
1081 Departamento de Educação para atualizar a manifestação: "Carta do Departamento de Educação aos (às)  
1082 Senadores (as) da República e à Comunidade da EFLCH - Em defesa da Vida, dos (as) educadores(as), dos  
1083 estudantes e familiares e contra o Projeto de Lei (PL) nº 5.595/20". **INFORMES: Direção Acadêmica** - Prof.  
1084 Bruno pediu desculpas, pela demorada apresentação no início da reunião, informou que fomos  
1085 surpreendidos, a Sra. Tânia Mara foi convidada, mas não fomos informados que ela iria trazer o Prof. Silvio  
1086 Duailibi e a nossa colega da Ouvidoria. Prof. Bruno passou rapidamente aos informes da Direção  
1087 Acadêmica. Estão sendo discutidas na reunião do colegiado de diretores, também em consequência dessa  
1088 carta da Educação, uma revisão do relatório de retorno para diretrizes do retorno presencial. Porque foi  
1089 feito no começo da pandemia, naqueles primeiros meses iniciais do ano passado e agora fazia quase um  
1090 ano que estava parado aquele relatório, então começaram a retomar. Foi falado que precisam de mais duas  
1091 semanas para chegar a uma conclusão final desse relatório. Inclusive para incorporar essa novidade que é a  
1092 vacinação, enfim próxima da grande maioria da nossa comunidade. Atualização sobre o orçamento, a Sra.  
1093 Tânia já deu suas notícias terríveis para nós todos. Tem um comitê de riscos e governança que foi criado na  
1094 Universidade e vai demandar uma atenção, uma necessidade de fazer um plano de riscos. Isso pode  
1095 parecer desimportante, mas não é, porque isso vai estar diretamente relacionado, são riscos de não  
1096 acontecerem as ações. Isso está diretamente relacionado a essa adequação, a esse orçamento, ou, melhor  
1097 dizendo, a essa falta de orçamento. Vai ser necessário estabelecer prioridades. Isso vai ser feito no âmbito  
1098 da Universidade, das chefias e nos Campi. Então, possivelmente seremos solicitados a participar dessa  
1099 ação. Há outro informe que foi falado sobre os processos seletivos simplificados organizados de forma  
1100 remota. Então, aqui há muitos processos represados. Isso teve uma orientação da Pró-Reitoria de Gestão

1101 com Pessoas e há a possibilidade de fazermos esses processos seletivos de maneira inteiramente remota,  
1102 desde que os candidatos sejam consultados. Isso para os editais que já tinham sido lançados e estavam  
1103 parados. Agora se forem novos editais e isso constar no edital, não há nenhum impedimento para que isso  
1104 seja feito de maneira inteiramente remota. Isso significa que poderiam ser realizados nos próximos meses,  
1105 no próximo semestre. Outro informe, há uma consulta pública em andamento sobre o teletrabalho. Foi  
1106 aberta no dia sete de junho, segunda-feira, e vai permanecer no ar até dia nove de julho. Isso vai ter um  
1107 impacto. Os docentes não podem aderir ao teletrabalho, porque há atividades que são essencialmente  
1108 presenciais, mas para muitos dos nossos servidores, haverá essa possibilidade. Convidamos todos vocês a  
1109 se informarem, procurarem essas informações. Sobre a possibilidade de contratação de professores  
1110 visitantes, isso vai depender do orçamento. Então, não há uma definição ainda clara da quantidade e,  
1111 portanto, nem da possibilidade de renovarem, de abrirem novas contratações de professores visitantes,  
1112 muitos encerraram este mês as suas atividades porque os professores visitantes nacionais o prazo máximo  
1113 é de dois anos. Prof. Bruno perguntou se alguém mais tem informes. A Profa. Carolin lembra sobre o  
1114 Congresso Acadêmico, foram enviados vários informes, mas só para lembrar que é uma atividade essencial  
1115 da nossa Universidade e vai acontecer daqui a quinze dias. Todas as atenções serão voltadas para o  
1116 Congresso, então todo o esforço do TI, dos servidores, muitos vão apoiar o Congresso. Não haverá aulas,  
1117 atividades, aulas didáticas, de pesquisa que utilizem a Universidade durante a realização do Congresso.  
1118 Prof. Bruno informou que a Sra. Janete tem informes. **Direção Administrativa** - Sra. Janete cumprimentou a  
1119 todos e todas, e afirmou que tem informes bem rápidos. A Sra. Tania já falou sobre o orçamento, o Campus  
1120 recebeu dois milhões, quinhentos e quarenta e nove mil. Esses dois milhões já estão empenhados nos  
1121 contratos, o que nos dá um fôlego até setembro para pagamento desses contratos, água, luz, manutenção,  
1122 os contratos que temos no Campus. Ela falou também do teletrabalho, em que faz parte da comissão,  
1123 informou que o link para que as pessoas possam fazer suas contribuições na minuta do programa de gestão  
1124 foi disponibilizado no chat. Comunicou também sobre o mês do meio ambiente. Na Unifesp todo mês de  
1125 julho tem programações do mês do meio ambiente e o Campus Guarulhos tem a sua contribuição também  
1126 nessas atividades. A servidora Sra. Carla que é a chefe da Divisão de Gestão Ambiental, convidou a  
1127 palestrante que é educadora ambiental na Prefeitura de Guarulhos, Profa. Célia Aparecida. Ela também faz  
1128 parte do Movimento Internacional Carta da Terra. Essa palestra vai acontecer amanhã, das 15h às 17h.  
1129 Também temos no dia 15 a palestrante que é a Profa. Dra. Natália Almeida, é doutoranda em História da  
1130 Arte. Vai falar sobre o meio ambiente em São Paulo. Então convidou a todos para que participem. Orientou  
1131 que todos façam as inscrições, terá certificado e será muito interessante prestigiarmos esses palestrantes  
1132 que foram convidados pelo nosso Campus. Temos também outras programações, o link ficará no chat. Sra.  
1133 Janete aproveitou para comunicar e fazer um apelo para todos os TAEs que estão na Congregação.  
1134 Informou que foram encaminhados alguns e-mails pedindo informação sobre os TAEs que participam de  
1135 comissões e fiscalização de contratos. Reforçou esse pedido porque estão fazendo um mapeamento para  
1136 ver a quantidade de comissões, a participação dos TAEs para que possam equilibrar um pouco essa  
1137 participação. Às vezes, temos um TAE participando de 5, 6 comissões, outros não participando. Farão um  
1138 estudo para ver se podem melhorar essa sobrecarga de trabalho, que tem muita. Pediu atenção a esses e-  
1139 mails e que respondessem. **Comissões e Comitês** - Profa. Hosana cumprimentou a todos e informou que o  
1140 Comitê Antirracista da Unifesp já está em funcionamento. Tiveram uma reunião na última segunda-feira  
1141 para decidir as coordenações. Então a vice-reitora da Universidade, a Profa. Raiane assumiu a coordenação  
1142 por parte da Reitoria, a Profa. Hosana, representante do nosso campus, assumiu a co-coordenação do  
1143 Comitê enquanto representante do colegiado, o Sr. Igor, que é um técnico, assumiu a suplência, a Profa.  
1144 Andréa Rabinovici assumiu a vice-coordenação por parte da Reitoria. As reuniões são abertas e todos estão  
1145 convidados a contribuir. Os interessados em participar, ou no link, podem mandar uma mensagem, que a  
1146 comissão encaminhará as informações. No futuro irão providenciar para que tenha um espaço específico  
1147 para divulgação das atas, dos links de reuniões, dos debates da comissão. Profa. Hosana encerrou o  
1148 informe e agradeceu a todos e todas. Prof. Bruno agradeceu a Profa. Hosana. Prof. Bruno falou que teve  
1149 uma reunião com o NAE para tratar de vários assuntos. Uma coisa que me chamou atenção foi uma notícia,  
1150 um informe do NAE, que os alunos estão deixando de acessar os e-mails institucionais porque se deparam

1151 com a morte a todo o momento. Então, nesse sentido estamos tomando cuidado com a divulgação de  
1152 notas de pesar que têm se tornado comuns devido à situação que vivemos. Muitas vezes, enviamos apenas  
1153 aos docentes e técnicos, ou apenas a um departamento para evitar essa presença constante dessas notas  
1154 de pesar a todo o momento para quem acessa os e-mails. O Presidente perguntou se o NAE gostaria de  
1155 fazer algum informe e comentou que estava vendo que não havia nenhum estudante na reunião. Informou  
1156 que a Pós-Graduação não tem informe. Temos informe também que foi, finalmente, no Escritório de  
1157 Integridade Acadêmica, finalizado um guia de boas práticas que será amplamente divulgado para todos e  
1158 solicitou ajuda para divulgar para todos os estudantes. Prof. Alexandre perguntou se a próxima  
1159 Congregação será no dia 1 de julho e o Prof. Bruno confirmou que sim, na primeira quinta-feira do mês.  
1160 Comentou que o Conselho de Pós-Graduação e Pesquisa vai ser realizado também nessa mesma data, mas,  
1161 enfim, é a data da Congregação. Prof. Bruno consultou os outros setores e não havendo nenhum outro  
1162 informe, proclamou encerrada a reunião, agradeceu a todos e pediu desculpas pela extensão do tempo da  
1163 mesma. Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada às doze horas e cinquenta e um minutos e  
1164 eu, Andréia Costa Torres da Mota, lavrei a presente ata.